

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	9
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	18
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	75
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	77
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	78

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	80.041.132
Preferenciais	0
Total	80.041.132
Em Tesouraria	
Ordinárias	84.100
Preferenciais	0
Total	84.100

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	20/10/2011	Dividendo	25/11/2011	Ordinária		0,17674

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.265.381	1.179.282
1.01	Ativo Circulante	514.180	396.853
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	300.950	221.868
1.01.03	Contas a Receber	131.555	108.793
1.01.03.01	Clientes	131.555	108.793
1.01.04	Estoques	37.534	31.721
1.01.06	Tributos a Recuperar	26.630	24.440
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	26.630	24.440
1.01.07	Despesas Antecipadas	0	252
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	17.511	9.779
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	9.288	0
1.01.08.01.01	Partes Relacionadas	9.288	0
1.01.08.03	Outros	8.223	9.779
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	3.313	489
1.01.08.03.02	Outros	4.910	9.290
1.02	Ativo Não Circulante	751.201	782.429
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	188.004	220.104
1.02.01.03	Contas a Receber	2.339	1.762
1.02.01.03.01	Clientes	2.339	1.762
1.02.01.06	Tributos Diferidos	151.999	165.489
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	151.999	165.489
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	33.666	52.853
1.02.01.09.03	Tributos a recuperar	33.473	52.622
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	37	75
1.02.01.09.05	Depósitos e empréstimos compulsórios	29	29
1.02.01.09.06	Outros direitos realizáveis	127	127
1.02.02	Investimentos	117.985	109.342
1.02.02.01	Participações Societárias	117.985	109.342
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	117.985	109.342
1.02.03	Imobilizado	434.400	441.621
1.02.04	Intangível	10.812	11.362
1.02.04.01	Intangíveis	10.812	11.362
1.02.04.01.02	Software	10.812	11.362

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.265.381	1.179.282
2.01	Passivo Circulante	344.970	282.021
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.150	5.273
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.852	1.634
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.298	3.639
2.01.02	Fornecedores	28.231	24.441
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	26.973	22.852
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.258	1.589
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.864	1.347
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.254	795
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.254	795
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	592	534
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	18	18
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	299.918	242.076
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	194.454	191.520
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	177.184	176.052
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	17.270	15.468
2.01.04.02	Debêntures	105.464	50.556
2.01.05	Outras Obrigações	7.554	8.389
2.01.05.02	Outros	7.554	8.389
2.01.05.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	3.461	4.030
2.01.05.02.05	Outros	4.093	4.359
2.01.06	Provisões	253	495
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	253	495
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	225	475
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	28	20
2.02	Passivo Não Circulante	221.490	200.160
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	126.025	103.076
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	126.025	52.076
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	12.500	25.000
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	113.525	27.076
2.02.01.02	Debêntures	0	51.000
2.02.02	Outras Obrigações	599	812
2.02.02.02	Outros	599	812
2.02.02.02.03	Impostos, taxas e contribuições a recolher	599	812
2.02.03	Tributos Diferidos	87.184	91.103
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	87.184	91.103
2.02.04	Provisões	7.682	5.169
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	277	523
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	252	482
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	25	41
2.02.04.02	Outras Provisões	7.405	4.646
2.02.04.02.04	Provisão para passivo a descoberto	7.405	4.646
2.03	Patrimônio Líquido	698.921	697.101
2.03.01	Capital Social Realizado	409.003	409.003
2.03.02	Reservas de Capital	10.300	12.027

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	10.703	17.404
2.03.02.04	Opções Outorgadas	55	1.324
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-458	-6.701
2.03.04	Reservas de Lucros	74.531	96.286
2.03.04.01	Reserva Legal	6.013	6.013
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	21.755
2.03.04.10	Reserva para investimento	68.518	68.518
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	33.846	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	171.249	178.933
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-8	852

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	107.443	301.325	101.874	295.294
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-71.791	-210.025	-67.090	-200.903
3.03	Resultado Bruto	35.652	91.300	34.784	94.391
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-18.202	-54.025	-13.613	-53.976
3.04.01	Despesas com Vendas	-9.097	-26.829	-8.296	-24.216
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.179	-36.155	-9.352	-37.076
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	815	2.215	385	1.104
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.259	6.744	3.650	6.212
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	17.450	37.275	21.171	40.415
3.06	Resultado Financeiro	5.650	-2.867	-5.145	-15.903
3.06.01	Receitas Financeiras	23.832	40.500	8.612	29.566
3.06.02	Despesas Financeiras	-18.182	-43.367	-13.757	-45.469
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	23.100	34.408	16.026	24.512
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.732	-9.570	-4.328	-6.290
3.08.01	Corrente	1.306	3.919	0	0
3.08.02	Diferido	-9.038	-13.489	-4.328	-6.290
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	15.368	24.838	11.698	18.222
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	15.368	24.838	11.698	18.222
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,19000	0,31000	0,15000	0,23000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	15.368	24.838	11.698	18.222
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.187	-860	177	125
4.03	Resultado Abrangente do Período	14.181	23.978	11.875	18.347

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	54.701	34.523
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	61.331	61.494
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	24.838	18.222
6.01.01.02	Depreciação do imobilizado	17.418	16.915
6.01.01.03	Amortização do intangível	2.384	2.144
6.01.01.04	Juros e variações monetárias	13.876	23.293
6.01.01.05	Valor residual do permanente baixado	40	36
6.01.01.06	Pagamento baseado em ações	55	220
6.01.01.07	Realização de Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.570	6.290
6.01.01.08	Provisão para passivo a descoberto	1.899	1.835
6.01.01.09	Resultado de equivalência patrimonial	-8.642	-8.047
6.01.01.10	Perda de valores ativos	-107	586
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-6.630	-26.971
6.01.02.01	(Acréscimo) de clientes	-14.981	-10.311
6.01.02.02	(Acréscimo) de estoques	-5.813	-5.478
6.01.02.03	Decréscimo de tributos a recuperar	16.959	3.776
6.01.02.04	(Acréscimo) decréscimo de outros direitos realizáveis	1.847	2.072
6.01.02.05	Acréscimo (decréscimo) de fornecedores	3.789	-18.383
6.01.02.06	Acréscimo de encargos sociais e provisões trabalhistas	1.876	2.077
6.01.02.07	Decréscimo de impostos, taxas e contribuições	305	-70
6.01.02.08	Acréscimo (decréscimo) partes relacionadas	-9.288	0
6.01.02.09	Acréscimo (decréscimo) de outras exigibilidades	-1.324	-654
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-12.071	-10.470
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-10.237	-9.204
6.02.02	Aquisição de Intangível	-1.834	-1.266
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	36.452	-63.630
6.03.01	Captações de empréstimos e financiamentos	100.000	0
6.03.02	Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	-25.019	-34.545
6.03.03	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	-16.317	-15.357
6.03.04	Recompra de ações	-458	0
6.03.05	Pagamento de dividendos	-21.754	-13.728
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	79.082	-39.577
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	221.868	237.110
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	300.950	197.533

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	409.003	12.027	96.286	0	179.785	697.101
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	409.003	12.027	96.286	0	179.785	697.101
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-21.755	0	0	-21.755
5.04.06	Dividendos	0	0	-21.755	0	0	-21.755
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	24.838	-860	23.978
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	24.838	0	24.838
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-860	-860
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-860	-860
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.727	0	9.008	-7.684	-403
5.06.04	Realização custo atribuído ao ativo imobilizado	0	0	0	11.642	-11.642	0
5.06.05	(-) Imposto s/realização custo atribuído	0	0	0	-3.958	3.958	0
5.06.06	Ações em Tesouraria	0	-1.727	0	0	0	0
5.06.08	Pagamento baseado em ações	0	0	0	1.324	0	0
5.07	Saldos Finais	409.003	10.300	74.531	33.846	171.241	698.921

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	409.003	11.806	72.183	13.182	189.778	695.952
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	409.003	11.806	72.183	13.182	189.778	695.952
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	221	-6.902	0	0	-6.681
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	221	0	0	0	221
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.902	0	0	-6.902
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.015	-53	12.962
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.524	0	6.524
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	6.491	-53	6.438
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	6.491	-53	6.438
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.561	5.207	-7.505	263
5.07	Saldos Finais	409.003	12.027	67.842	31.404	182.220	702.496

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	347.107	335.046
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	344.786	334.528
7.01.02	Outras Receitas	2.214	1.104
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	107	-586
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-263.483	-228.268
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-253.480	-200.557
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.003	-27.711
7.03	Valor Adicionado Bruto	83.624	106.778
7.04	Retenções	-19.802	-19.059
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19.802	-19.059
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	63.822	87.719
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	47.244	35.778
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.643	8.047
7.06.02	Receitas Financeiras	40.500	29.566
7.06.03	Outros	-1.899	-1.835
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	111.066	123.497
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	111.066	123.497
7.08.01	Pessoal	31.715	26.862
7.08.01.01	Remuneração Direta	20.343	17.871
7.08.01.02	Benefícios	3.628	2.410
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.725	6.561
7.08.01.04	Outros	19	20
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.685	32.436
7.08.02.01	Federais	9.794	16.435
7.08.02.02	Estaduais	891	16.001
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	43.828	45.977
7.08.03.01	Juros	43.149	45.423
7.08.03.02	Aluguéis	679	554
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	24.838	18.222
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	24.838	18.222

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.489.448	1.335.669
1.01	Ativo Circulante	583.006	449.029
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	322.971	249.140
1.01.03	Contas a Receber	163.412	124.716
1.01.03.01	Clientes	163.412	124.716
1.01.04	Estoques	51.617	36.884
1.01.06	Tributos a Recuperar	29.447	26.776
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	29.447	26.776
1.01.07	Despesas Antecipadas	0	279
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	15.559	11.234
1.01.08.03	Outros	15.559	11.234
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	3.313	489
1.01.08.03.02	Outros	12.246	10.745
1.02	Ativo Não Circulante	906.442	886.640
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	199.554	223.802
1.02.01.03	Contas a Receber	4.843	4.675
1.02.01.03.01	Clientes	4.843	4.675
1.02.01.06	Tributos Diferidos	156.101	165.489
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	156.101	165.489
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	38.610	53.638
1.02.01.09.03	Tributos a recuperar	34.247	53.395
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	44	87
1.02.01.09.05	Depósitos e empréstimos compulsórios	29	29
1.02.01.09.06	Outros direitos realizáveis	4.290	127
1.02.03	Imobilizado	661.603	618.337
1.02.04	Intangível	45.285	44.501
1.02.04.01	Intangíveis	45.285	44.501
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	45.285	44.501

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.489.448	1.335.669
2.01	Passivo Circulante	377.506	307.878
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.741	6.557
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.263	1.763
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	6.478	4.794
2.01.02	Fornecedores	43.032	27.299
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	41.233	25.669
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.799	1.630
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.221	2.162
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.211	1.484
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	319	52
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	2.892	1.432
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	977	656
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	33	22
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	312.817	262.207
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	207.353	211.651
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	189.898	196.170
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	17.455	15.481
2.01.04.02	Debêntures	105.464	50.556
2.01.05	Outras Obrigações	8.365	8.936
2.01.05.02	Outros	8.365	8.936
2.01.05.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	3.461	4.030
2.01.05.02.05	Outros	4.904	4.906
2.01.06	Provisões	330	717
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	330	717
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	302	697
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	28	20
2.02	Passivo Não Circulante	413.021	330.690
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	314.659	230.844
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	314.659	179.844
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	12.500	154.844
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	302.159	25.000
2.02.01.02	Debêntures	0	51.000
2.02.02	Outras Obrigações	599	813
2.02.02.02	Outros	599	813
2.02.02.02.03	Impostos, taxas e contribuições a recolher	599	813
2.02.03	Tributos Diferidos	97.486	98.510
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	97.486	98.510
2.02.04	Provisões	277	523
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	277	523
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	252	482
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	25	41
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	698.921	697.101
2.03.01	Capital Social Realizado	409.003	409.003
2.03.02	Reservas de Capital	10.300	12.027
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	10.703	17.404

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.02.04	Opções Outorgadas	55	1.324
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-458	-6.701
2.03.04	Reservas de Lucros	74.531	96.286
2.03.04.01	Reserva Legal	6.013	6.013
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	21.755
2.03.04.10	Reserva para investimentos	68.518	68.518
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	33.846	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	171.249	178.933
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-8	852

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	142.697	384.614	116.594	337.394
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-95.726	-269.337	-75.986	-227.069
3.03	Resultado Bruto	46.971	115.277	40.608	110.325
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-23.483	-71.459	-19.568	-67.531
3.04.01	Despesas com Vendas	-9.982	-29.538	-8.483	-26.461
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.331	-44.398	-11.444	-42.040
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	830	2.477	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	359	970
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	23.488	43.818	21.040	42.794
3.06	Resultado Financeiro	340	-8.534	-3.409	-14.447
3.06.01	Receitas Financeiras	25.411	43.319	9.758	32.485
3.06.02	Despesas Financeiras	-25.071	-51.853	-13.167	-46.932
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	23.828	35.284	17.631	28.347
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.460	-10.446	-5.933	-10.125
3.08.01	Corrente	530	4.463	0	0
3.08.02	Diferido	-8.990	-14.909	-5.933	-10.125
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	15.368	24.838	11.698	18.222
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	15.368	24.838	11.698	18.222
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	15.368	24.838	11.698	18.222
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,19000	0,31000	0,15000	0,23000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	15.368	24.838	11.698	18.222
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.187	-860	177	125
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	14.181	23.978	11.875	18.347
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	14.181	23.978	11.875	18.347

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	57.201	40.333
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	75.951	73.801
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	24.838	18.222
6.01.01.02	Depreciação do imobilizado	21.169	18.831
6.01.01.03	Amortização do intangível	2.492	2.320
6.01.01.04	Juros e variações monetárias	18.572	23.360
6.01.01.05	Valor residual do permanente baixado	60	152
6.01.01.06	Pagamento baseado em ações	55	220
6.01.01.07	Realização de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	8.363	9.765
6.01.01.08	Perda de valores ativos	402	931
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-17.457	-33.468
6.01.02.01	Acréscimo de clientes	-30.887	-9.933
6.01.02.02	Acréscimo de estoques	-14.733	-5.485
6.01.02.03	Decréscimo de tributos a recuperar	16.478	6.514
6.01.02.04	(Acréscimo) decréscimo de outros direitos realizáveis	-8.166	-2.872
6.01.02.05	Acréscimo (decréscimo) de fornecedores	15.401	-20.840
6.01.02.06	Acréscimo de encargos sociais e provisões trabalhistas	2.184	2.306
6.01.02.07	Decréscimo de impostos, taxas e contribuições	3.140	-3.032
6.01.02.09	Decréscimo outras exigibilidades	-874	-126
6.01.03	Outros	-1.293	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-51.966	-84.951
6.02.01	Aquisições de Imobilizado	-50.132	-83.685
6.02.02	Aquisição de Intagível	-1.834	-1.266
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	66.018	11.256
6.03.01	Captações de empréstimos e financiamentos	150.192	83.040
6.03.02	Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	-42.301	-40.539
6.03.03	Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	-19.661	-17.517
6.03.04	Recuperação de ações	-458	0
6.03.05	Pagamento de dividendos	-21.754	-13.728
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	2.578	1.071
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	73.831	-32.291
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	249.140	265.242
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	322.971	232.951

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	409.003	12.027	96.286	0	179.785	697.101	0	697.101
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	409.003	12.027	96.286	0	179.785	697.101	0	697.101
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-21.755	0	0	-21.755	0	-21.755
5.04.06	Dividendos	0	0	-21.755	0	0	-21.755	0	-21.755
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	24.838	-860	23.978	0	23.978
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	24.838	0	24.838	0	24.838
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-860	-860	0	-860
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-860	-860	0	-860
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-1.727	0	9.008	-7.684	-403	0	-403
5.06.04	Realização custo atribuído ao ativo imobilizado	0	0	0	11.642	-11.642	0	0	0
5.06.05	(-) Imposto s/realização custo atribuído	0	0	0	-3.958	3.958	0	0	0
5.06.06	Ações em Tesouraria	0	-1.727	0	0	0	0	0	0
5.06.08	Pagamento baseado em ações	0	0	0	1.324	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	409.003	10.300	74.531	33.846	171.241	698.921	0	698.921

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	409.003	11.806	72.183	13.182	189.778	695.952	0	695.952
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	409.003	11.806	72.183	13.182	189.778	695.952	0	695.952
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	221	-6.902	0	0	-6.681	0	-6.681
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	221	0	0	0	221	0	221
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.902	0	0	-6.902	0	-6.902
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.015	-53	12.962	0	12.962
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.524	0	6.524	0	6.524
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	6.491	-53	6.438	0	6.438
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	6.491	-53	6.438	0	6.438
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.561	5.207	-7.505	263	0	263
5.07	Saldos Finais	409.003	12.027	67.842	31.404	182.220	702.496	0	702.496

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	437.105	381.721
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	435.030	381.682
7.01.02	Outras Receitas	2.477	970
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-402	-931
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-326.470	-256.431
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-317.950	-227.903
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.520	-28.528
7.03	Valor Adicionado Bruto	110.635	125.290
7.04	Retenções	-23.661	-21.151
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-23.661	-21.151
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	86.974	104.139
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	43.319	32.485
7.06.02	Receitas Financeiras	43.319	32.485
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	130.293	136.624
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	130.293	136.624
7.08.01	Pessoal	39.008	30.245
7.08.01.01	Remuneração Direta	25.730	20.241
7.08.01.02	Benefícios	4.390	2.665
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.697	7.319
7.08.01.04	Outros	191	20
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.409	40.066
7.08.02.01	Federais	10.720	22.617
7.08.02.02	Estaduais	2.689	17.449
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	53.038	48.091
7.08.03.01	Juros	51.584	46.806
7.08.03.02	Aluguéis	1.454	1.285
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	24.838	18.222
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	24.838	18.222

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Companhia Providência Indústria e Comércio (a 'Companhia'), com sede em São José dos Pinhais, Estado do Paraná, e suas controladas têm por objeto social a fabricação e comercialização de produtos plásticos em geral, dentre eles tecido não-tecido ('nonwoven'), resultantes da transformação de polipropileno, da marca KAMI.

A Companhia possui uma subsidiária em Pouso Alegre (MG), e concluiu os investimentos em uma planta em Statesville, Carolina do Norte, nos Estados Unidos.

A emissão dessas Informações Trimestrais individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 07 de novembro de 2011.

Reestruturação societária

- (a) Em 31 de janeiro de 2008, com base em laudo de avaliação contábil emitido por peritos independentes, a controlada Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. (Isofilme) efetuou incorporação reversa de sua investidora original, a Providência Participações Ltda. A Companhia Providência Indústria e Comércio detinha até a data da incorporação 99,99% das quotas da Providência Participações Ltda., que por sua vez detinha 99,99% das quotas da Isofilme. Em consequência da incorporação, a Isofilme teve seu capital social aumentado em R\$17.534, decorrente da transferência do acervo líquido da Providência Participações, conforme demonstrado a seguir:

<u>Ativo</u>	<u>Passivo e patrimônio líquido</u>
	Circulante
Intangível	Conta mútuo
Ágio	Companhia Providência
Isofilme Indústria e	Indústria e Comércio
Comércio de Plásticos Ltda.	<u>22.225</u>
<u>39.759</u>	Patrimônio líquido
	Capital social
	<u>17.534</u>
<u><u>39.759</u></u>	<u><u>39.759</u></u>

Ainda em função da incorporação, o ágio decorrente da aquisição do controle da Isofilme pela Providência Participações, está contabilizado em conta específica do ativo intangível no balanço patrimonial da Isofilme. Conforme preconiza a Instrução CVM nº 349 e ofício nº CVM 01/2007, não foi constituída provisão no montante da diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente de sua amortização, devido às razões abaixo expostas:

- . Não houve interposição de empresa veículo, sendo incorporada a investidora original (Providência Participações Ltda.);
- . Não houve qualquer evento que represente em aumento patrimonial sem substância econômica no balanço patrimonial da Companhia por ocasião da incorporação; e,
- . Os fundamentos econômicos que deram origem ao ágio continuam válidos.

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) Em 08 de agosto de 2008 foi constituída a Providência USA Inc., localizada em Statesville, Carolina do Norte, Estados Unidos, que atua na fabricação e comercialização de produtos tecido não-tecido ('nonwoven') resultante da transformação de polipropileno. A planta foi inaugurada em 31 de janeiro de 2011 e sua produção atende principalmente clientes anteriores da Companhia e abastece os segmentos de descartáveis higiênicos e médico-hospitalar daquele país.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Informações Trimestrais consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As Informações Trimestrais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do período, bem como o 'custo atribuído' de terrenos, edificações e máquinas e equipamentos na data de transição para IFRS/CPCs.

A preparação de Informações Trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Informações Trimestrais consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Informações Trimestrais consolidadas

As Informações Trimestrais consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As Informações Trimestrais consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidos pelo *International Accounting Standards Board*).

(b) Informações Trimestrais individuais

As Informações Trimestrais individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas juntas com as Informações Trimestrais consolidadas.

2.2 Consolidação

(a) Informações Trimestrais consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das Informações Trimestrais consolidadas.

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, cuja participação é de mais da metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e, quando aplicável, é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre as empresas, saldos e ganhos e prejuízos não realizados são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela a Companhia e suas controladas.

(b) Informações Trimestrais individuais

Nas Informações Trimestrais individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Sendo assim, são necessários ajustes tanto nas Informações Trimestrais individuais quanto nas Informações Trimestrais consolidadas para se chegar ao patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Companhia e suas controladas, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas Informações Trimestrais individuais diferem do IFRS aplicável às Informações Trimestrais separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e de suas controladas, é a Diretoria Executiva.

Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados, que o nosso único produto comercializado é o não-tecido, que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicações de recursos são feitas em bases consolidadas, a Administração concluiu que a Companhia e suas controladas têm somente um segmento passível de apresentação.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas Informações Trimestrais de cada uma das empresas consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ('a moeda funcional'). As Informações Trimestrais consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do consolidado.

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do período como receita ou despesa financeira.

(c) Empresas consolidadas

Os resultados e a posição financeira da controlada localizada nos Estados Unidos utilizam moeda funcional diferente da moeda de apresentação, portanto são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os saldos dos ativos e passivos apresentados em cada balanço patrimonial são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- (ii) As receitas e despesas apresentadas na demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias, considerando que essas médias representam razoável proximidade do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações.
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A Companhia e suas controladas não possuem ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são derivativos contratados para a manutenção em carteira até o vencimento, designados como instrumento de 'hedge' (proteção). Os ativos e passivos dessa categoria são classificados como ativos e passivos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos e compreendem 'Contas a receber de clientes e demais contas a receber', com pagamentos fixos ou determináveis, os quais não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento de ativos financeiros é feito na data de negociação, na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em 'Resultado Financeiro' no período em que ocorrem.

Na data do balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo com as variações do valor justo lançadas contra resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

Os valores justos dos instrumentos derivativos estão divulgados na Nota 7.

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para crédito de liquidação duvidosa (*impairment*), a qual é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e suas controladas não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O valor presente é calculado com base em taxas praticadas no mercado, a qual em 30 de setembro de 2011 correspondia, em média, a 11,88% a.a. (31 de dezembro 2010: 11,64% a.a.).

2.9 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é determinado utilizando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é apurado na aquisição ou na subscrição de capital em outra sociedade, representado pelo valor do custo de aquisição do investimento que superar o valor da equivalência patrimonial, calculada a partir do percentual de aquisição ou subscrição sobre o valor do patrimônio líquido da sociedade investida, conforme nota 1 (a).

Conforme deliberação CVM nº 553 de 12 de novembro de 2008, a qual aprova o Pronunciamento Técnico CPC 04 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Ativos Intangíveis, a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia deixou de amortizar contabilmente os ágios decorrentes dos investimentos adquiridos. Tendo em vista, que os referidos ágios continuam sendo amortizados para fins tributários, foram constituídos os correspondentes efeitos tributários diferidos sobre a parcela de amortização excluída fiscalmente.

O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*).

(b) Softwares

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e suas controladas e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 13.

2.11 Imobilizado

Terrenos, edifícios e construções, máquinas e equipamentos, instalações industriais, móveis e utensílios, compreendem principalmente fábricas e escritórios e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado, os quais são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis estão demonstradas na nota 14.

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em 'Outros ganhos/(perdas), líquidos' na demonstração do resultado.

2.12 Impairment de ativos não financeiros

O imobilizado e outros ativos não financeiros, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas Informações Trimestrais. O imposto de renda e contribuição social diferidos são apurados, através das alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Sendo assim, para dar suporte ao reconhecimento, a Administração elabora em cada exercício um estudo de aproveitamento desses tributos, baseados em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

2.17 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia e suas controladas oferecem aos empregados um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida (Nota 24), cujo objetivo é proporcionar a acumulação de recursos que poderão ser transformados em renda mensal, com o intuito de complementar o benefício oferecido pela Previdência Social. O plano possui contribuições voluntárias dos participantes, via desconto em folha de pagamento, e também contribuições da empresa cuja contabilização é registrada no resultado no grupo de despesas com pessoal em contrapartida no Passivo Circulante.

(b) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos executivos e certos empregados, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração (Nota 19), plano de remuneração com base em ações ('Stock Options'), segundo o qual recebe os serviços como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. Conforme o CPC10 - Pagamentos Baseados em Ações, o prêmio dessas ações, calculado na data da outorga, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o período de carência à medida que os serviços são prestados.

(c) Participação nos lucros

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados em regime de competência, de acordo com a política de remuneração definida.

2.18 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.19 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do consolidado. O reconhecimento é feito quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. Portanto, a Companhia e suas controladas adotam como critério de reconhecimento da receita a data em que os produtos são entregues ao comprador.

2.20 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.21 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

(a) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis do consolidado iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia e suas controladas.

- IFRS 9, 'Instrumentos financeiros', emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 'Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração'. Introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente não afetará a contabilização da Companhia e suas controladas para seus ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1º de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia.

(b) Interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não são relevantes para as operações da Companhia e suas controladas

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Entretanto, não são relevantes para as operações da Companhia e suas controladas.

<u>Tópico</u>	<u>Exigências-chave</u>	<u>Data da entrada em vigor</u>
Alteração no IAS 32 - 'Instrumentos Financeiros: Apresentação - Classificação dos Direitos de Ações'	O IASB alterou o IAS 32 para permitir que direitos, opções ou <i>warrants</i> para adquirir um número fixo dos próprios instrumentos de capital da entidade por um valor fixo em qualquer moeda sejam classificados como instrumentos de capital, contanto que a entidade ofereça direitos, opções ou <i>warrants</i> de maneira proporcional a todos os seus proprietários da mesma classe de seus próprios instrumentos de capital não derivativos.	1º de fevereiro de 2010
IFRIC 19 - 'Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital'	Esclarece as exigências do IFRS quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor, e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente.	1º de julho de 2010

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tópico	Exigências-chave	Data da entrada em vigor
Alteração no IFRS 1 - 'Primeira Adoção de IFRS - Isenção Limitada a Partir das Divulgações Comparativas do IFRS 7 para as Entidades que Fazem a Adoção pela Primeira Vez'	Oferece para aquelas entidades que a adotam pela primeira vez o IFRS as mesmas opções que foram dadas aos usuários atuais do IFRS na adoção das alterações ao IFRS 7. Também esclarece as regras de transição das alterações ao IFRS 7.	1º de julho de 2010
IAS 24 - 'Divulgações de Partes Relacionadas' (revisado em 2009)	Altera a definição de uma parte relacionada e modifica determinadas exigências de divulgação da parte relacionada para entidades relacionadas com o governo.	1º de janeiro de 2011
Alteração ao IFRIC 14, IAS 19 - 'Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos (<i>funding</i>) e sua Interação'	Retira as conseqüências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo, em vez de despesa.	1º de janeiro de 2011
IFRS 9 - 'Instrumentos Financeiros'	<p>O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. A orientação incluída no IAS 39 sobre <i>impairment</i> dos ativos financeiros e contabilização de <i>hedge</i> continua a ser aplicada.</p> <p>Períodos anteriores não precisam ser rerepresentados se uma entidade adotar a norma para os períodos iniciados ou a iniciar antes de 1º de janeiro de 2012.</p>	1º de janeiro de 2013

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Alteração ao IAS 32	A alteração aborda a contabilização de direitos de ações denominados em outra moeda que não a funcional do emissor. Contanto que determinadas condições sejam atendidas, esses direitos de ações agora são classificados como patrimônio, independente da moeda em que o preço de exercício é denominado. Anteriormente, as ações tinham de ser contabilizadas como passivos derivativos. A alteração aplica-se retroativamente, de acordo com o IAS 8 'Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros'.	1º de fevereiro de 2010
IFRIC 19 - 'Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais'	A interpretação esclarece a contabilização por parte de uma entidade quando os prazos de um passivo financeiro são renegociados e resultam na emissão pela entidade dos instrumentos patrimoniais a um credor da entidade para extinguir todo ou parte do passivo financeiro (conversão da dívida). Isso requer que um ganho ou perda seja reconhecido no resultado, que é mensurado como a diferença entre o valor contábil do passivo financeiro e o valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos. Se o valor justo dos instrumentos financeiros emitidos não puder ser mensurado de maneira confiável, os instrumentos patrimoniais devem ser mensurados para refletir o valor justo do passivo financeiro extinto.	1º de julho de 2010
'Pagamentos Antecipados de Requerimentos Mínimos de Provimento de Fundos' (alteração ao IFRIC 14)	As alterações corrigem uma consequência não intencional do IFRIC 14, IAS 19 - 'Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos e sua Interação'. Sem as alterações, as entidades não podem reconhecer como ativo alguns pagamentos antecipados voluntários para contribuições mínimas de provimento de fundos. Essa não era a intenção quando o IFRIC 14 foi emitido, e as alterações corrigem isso. As alterações devem ser aplicadas retroativamente ao primeiro período comparativo apresentado.	1º de janeiro de 2011

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (*impairment*) estimada do ágio

Anualmente, a Companhia e suas controladas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.12. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 13).

A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis são baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o seu valor recuperável.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e suas controladas reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

A Companhia e suas controladas revisam regularmente os impostos diferidos ativos quanto a sua possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é avaliado por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado, bem como a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Consequentemente, as estimativas apresentadas na Nota 7 não indicam necessariamente os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

(d) Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 17. Desta forma são constituídas provisões para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas Informações Trimestrais.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia (juntamente com as controladas) possui um Comitê de Gestão de Riscos, aprovado pelo Conselho de Administração, que funciona para o seu assessoramento e é responsável por definir a política, administrar os riscos e gerenciar os instrumentos financeiros através de sistemas de controle que estabelecem limites de exposição cambial e juros e definem a destinação dos recursos junto às instituições financeiras. As posições de todos os instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos, são apresentadas e avaliadas mensalmente pelo Comitê de Gestão de Riscos e submetidas à apreciação do Conselho de Administração da Companhia.

Dentre os procedimentos definidos pela política vigente, a Companhia possui rotinas mensais que permitem projetar e avaliar a exposição cambial, já que possui operações e dívida com o mercado externo e está exposta a esses riscos.

(a) Risco de mercado

(i) Risco de câmbio e taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a mudanças adversas nas taxas de juros e taxas de câmbio. O endividamento está indexado em 63% com base na moeda local e a taxas variáveis e fixas sendo que os 37% restantes estão indexados à LIBOR e SIFMA. Parte significativa das receitas (32%) advém das exportações e está igualmente exposta a variações na taxa de câmbio.

Parte do endividamento está indexada ao CDI, portanto sujeita a taxas de juros variáveis. O resultado financeiro é parcialmente afetado pelas mudanças na taxa básica de juros da economia (SELIC).

Os instrumentos financeiros estão registrados aos valores justos e a tabela a seguir demonstra a exposição cambial da Companhia.

	Consolidado			
	30 de setembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	R\$ mil	USD mil	R\$ mil	USD mil
Ativo:				
Contas a receber	69.891	37.689	67.040	40.235
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos	(332.328)	(179.211)	(190.443)	(114.298)
Fornecedores	(1.479)	(798)	(1.450)	(870)
Posições passivas	(333.807)	(180.009)	(191.893)	(115.168)
Total exposto	<u>(263.916)</u>	<u>(142.320)</u>	<u>(124.853)</u>	<u>(74.933)</u>

A Companhia e suas controladas têm certos investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial. A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior é protegida, principalmente, através de empréstimos na mesma moeda desses investimentos.

Sensibilidade à taxa de câmbio - Apresentamos no quadro a seguir os impactos de uma variação de 25% e 50% sob o cenário provável da taxa do dólar para cada instrumento financeiro exposto:

Risco	Cenário				
	(-) 50 %	(-) 25 %	provável	(+) 25 %	(+) 50 %

Notas Explicativas**Cia Providência Indústria e Comércio****Notas explicativas da administração às Informações****Trimestrais em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Taxas	Dólar	0,8800	1,3200	1,7600	2,2000	2,6400
Contas a receber	Dólar	(36.725)	(20.142)	(3.558)	13.025	29.608
Empréstimos e financiamentos	Dólar	174.623	95.770	16.918	(61.935)	(140.788)
Fornecedores	Dólar	<u>777</u>	<u>426</u>	<u>75</u>	<u>(277)</u>	<u>(628)</u>
Ganho (perda)		<u>138.675</u>	<u>76.054</u>	<u>13.435</u>	<u>(49.187)</u>	<u>(111.808)</u>

Sensibilidade à taxa de juros - Apresentamos no quadro a seguir os impactos de uma variação de 25% e 50% sob o cenário provável da taxa do CDI, por se tratar de maior exposição do fator de risco:

		Cenário				
	Risco	(-) 50 %	(-) 25 %	provável	(+) 25 %	(+) 50 %
Taxas do indexador	CDI/Selic	5,50%	8,25%	11,00%	13,75%	16,50%
Aplicações financeiras	CDI/Selic	17.882	27.166	36.685	46.444	56.450
Empréstimos e financiamentos	CDI/Selic	<u>(9.950)</u>	<u>(14.378)</u>	<u>(18.922)</u>	<u>(23.585)</u>	<u>(28.369)</u>
Ganho		<u>7.932</u>	<u>12.788</u>	<u>17.763</u>	<u>22.859</u>	<u>28.081</u>

(ii) Operações com derivativos

A Companhia e suas controladas possuem operações no mercado externo e estão expostas a riscos de mercado provenientes de mudanças nas cotações das moedas estrangeiras e das taxas de juros. A exposição ao risco decorrente de futuros pagamentos em moeda local dos passivos atrelados ao câmbio é protegida, em grande parte, pela carteira de contas a receber de clientes no mercado externo, oriundas das vendas operacionais destinadas à exportação.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas têm como política operar com instrumentos financeiros derivativos atrelados a moedas estrangeiras, basicamente o dólar americano, os quais tem a finalidade de hedge (proteção contra possíveis oscilações nas taxas de juros e câmbio), seguindo as orientações estipuladas na Política de Gestão de Riscos de Mercado aprovada pelo Conselho de Administração e operacionalizada pelo Comitê de Gestão de Riscos.

A Política de Gestão de Riscos de Mercado objetiva basicamente a proteção mínima de 75% do fluxo de caixa de curto prazo, por períodos determinados que variem de 9 a 12 meses, orientando para a realização de operações tradicionais de mercado, como por exemplo, NDF's, opções e mercado futuro de dólar via BM&F entre outras, estipulando limites por tipo de operação e contraparte.

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De modo a mensurar os efeitos das flutuações dos índices e das taxas atreladas às operações com derivativos, elaboramos a seguir o quadro de análise de sensibilidade nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08, incluindo um cenário considerado provável pela Administração da Companhia, uma situação considerada possível de, pelo menos, 25% de deterioração nas variáveis utilizadas e uma situação considerada remota, com deterioração de, pelo menos, 50% nas variáveis de risco:

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade

Operação	Risco	Cenário				
		(-) 50 %	(-) 25 %	provável	(+) 25 %	(+) 50 %
Swap CDI x US\$	Alta do US\$	5.748	2.375	(1.122)	(4.400)	(7.801)
Swap US\$ x CDI	Alta do CDI	(3.828)	2.021	26.194	50.439	57.791
Swap LIBOR flut. x fixa	Baixa da LIBOR	(1.451)	(1.338)	(1.224)	(1.122)	(1.022)
Termo de moeda (NDF)	Queda do US\$	(10.683)	(3.950)	2.975	9.515	16.247
Perda/ganho		<u>(10.214)</u>	<u>(892)</u>	<u>26.823</u>	<u>54.432</u>	<u>65.215</u>

Para determinação dos valores no quadro de análise de sensibilidade, foi considerada a curva do dólar e de cotações futuras publicadas pela BM&F. Com base nessas taxas, foram aplicados os percentuais de deterioração de acordo com cada cenário, projetados os fluxos até o vencimento das operações e descontados até a data de encerramento do balanço.

Esta análise foi considerada apenas para efeito de atendimento da legislação em vigor, uma vez que a Companhia opera com derivativos apenas para a proteção e eliminação dos efeitos de flutuação das moedas e juros contratados, não possuindo caráter especulativo. O resultado aqui apresentado, caso ocorra, será revertido integral e naturalmente via a própria operação da Companhia.

Em 30 de setembro de 2011 a Companhia não possuía contratos de derivativos exóticos em aberto, nem possuía em outros exercícios.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada à Política de Crédito instituída na Companhia e ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas, limites individuais de posição e garantias exigidas são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou com perda no valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Contas a receber de clientes				
Grupo 1	132.535	108.705	165.783	125.739
Grupo 2	1.359	1.850	2.472	3.652
	<u>133.894</u>	<u>110.555</u>	<u>168.255</u>	<u>129.391</u>
Conta corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo				
AAA	54.542	126.088	59.853	129.084
AA+	140.356	44.735	157.066	57.921
AA-	<u>106.052</u>	<u>51.045</u>	<u>106.052</u>	<u>62.135</u>
	<u>300.950</u>	<u>221.868</u>	<u>322.971</u>	<u>249.140</u>

Contas a receber: O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de créditos são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os valores classificados no **Grupo 1** referem-se a clientes sem inadimplência no passado. Os valores classificados no **Grupo 2** referem-se a clientes com alguma inadimplência no passado.

Caixa e equivalentes de caixa: O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria de acordo com a política estabelecida.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do consolidado e consolidada pelo departamento de Finanças. O gerenciamento de risco de liquidez da Companhia e suas controladas de uma forma consolidada é de responsabilidade de seus executivos, que monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que elas tenham caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do consolidado (Companhia e suas controladas) e os passivos financeiros derivativos a liquidar pela Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Notas Explicativas**Cia Providência Indústria e Comércio****Notas explicativas da administração às Informações****Trimestrais em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora					Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Em 30 de setembro de 2011						
Instrumentos financeiros derivativos			(148)			(148)
Fornecedores	(23.729)	(4.502)				(28.231)
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(105.464)	(18.236)	(25.852)	(29.422)		(178.974)
- Pré-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures		(150.366)		(61.480)	(35.123)	(246.969)
	<u>(129.193)</u>	<u>(173.104)</u>	<u>(26.000)</u>	<u>(90.902)</u>	<u>(35.123)</u>	<u>(454.322)</u>
	Consolidado					
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Em 30 de setembro de 2011						
Instrumentos financeiros derivativos			(148)			(148)
Fornecedores	(34.071)	(8.961)				(43.032)
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(105.469)	(18.473)	(38.509)	(138.577)	(79.479)	(380.507)
- Pré-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures		(150.366)		(61.480)	(35.123)	(246.969)
	<u>(139.540)</u>	<u>(177.800)</u>	<u>(38.657)</u>	<u>(200.057)</u>	<u>(114.602)</u>	<u>(670.656)</u>

Os instrumentos derivativos são administrados com base no valor justo líquido em vez da data de vencimento e, sendo assim, estão demonstrados na coluna 'De 3 meses a 1 ano'. Os instrumentos derivativos pelo valor líquido compreendem contratos de *Swap* de taxa de juros, *Non Deliverable Forward* e Opções de compra de dólar utilizados pela Companhia e suas controladas para administrar o perfil da taxa de juros do consolidado.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, e para manter uma adequada estrutura de capital.

A administração do capital é monitorada por meio do índice de dívida/capitalização utilizado no acompanhamento do cumprimento dos *covenants* das debêntures, descritos na nota 15, cuja meta é manter uma razão menor ou igual a 0,65. Em 30 de setembro de 2011 essa relação apresentou o resultado de 0,47 (0,41 em 31 de dezembro de 2010), demonstrando que a estrutura de capital da Companhia está sendo mantida dentro dos limites estabelecidos.

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares, e está demonstrado na nota 15.

Conforme determina o CPC40/IFRS 7, a Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Este item não é aplicável a Companhia em 30 de setembro de 2011;

Nível 2 - informações diferentes dos preços negociados em mercado ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e,

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Este item não é aplicável a Companhia em 30 de setembro de 2011.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 2</u>
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa				
Valor justo através do resultado	300.950	221.868	322.971	249.140
	<u>300.950</u>	<u>221.868</u>	<u>322.971</u>	<u>249.140</u>
Ativos financeiros derivativos				
Instrumentos derivativos	3.313	489	3.313	489
	<u>3.313</u>	<u>489</u>	<u>3.313</u>	<u>489</u>
	<u>304.263</u>	<u>222.357</u>	<u>326.284</u>	<u>249.629</u>
	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 2</u>
Passivo circulante				
Passivos financeiros derivativos				
Instrumentos derivativos	3.461	4.030	3.461	4.030
	<u>3.461</u>	<u>4.030</u>	<u>3.461</u>	<u>4.030</u>

Não houve transferência de ativos ou passivos entre níveis de hierarquia de valor justo para os períodos findos em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro 2010.

5 Instrumentos financeiros por categoria

Notas Explicativas**Cia Providência Indústria e Comércio****Notas explicativas da administração às Informações****Trimestrais em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativos financeiros				
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	300.950	221.868	322.971	249.140
Contas a receber de clientes	133.894	110.555	168.255	129.391
Depósitos judiciais	37	75	44	87
	<u>434.881</u>	<u>332.498</u>	<u>491.270</u>	<u>378.618</u>
Valor justo por meio do resultado:				
Instrumentos derivativos	3.313	489	3.313	489
	<u>3.313</u>	<u>489</u>	<u>3.313</u>	<u>489</u>
	<u>438.194</u>	<u>332.987</u>	<u>494.583</u>	<u>379.107</u>
Passivos financeiros				
Avaliados ao custo amortizado:				
Fornecedores	28.231	24.441	43.032	27.299
Empréstimos e financiamentos	425.943	345.152	627.476	493.051
	<u>454.174</u>	<u>369.593</u>	<u>670.508</u>	<u>520.350</u>
Valor justo por meio do resultado:				
Instrumentos derivativos	3.461	4.030	3.461	4.030
	<u>3.461</u>	<u>4.030</u>	<u>3.461</u>	<u>4.030</u>
	<u>457.635</u>	<u>373.623</u>	<u>673.969</u>	<u>524.380</u>

6 Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por fundos de investimento financeiro, cujas carteiras são basicamente compostas por aplicações em títulos públicos federais, operações compromissadas e certificados de depósito bancário, remuneradas à 103,0% (2010 - 103,5%), em média, da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI - e possuem liquidez imediata. A Companhia e suas controladas não possuem aplicações em fundos de investimento exclusivos.

Notas Explicativas**Cia Providência Indústria e Comércio****Notas explicativas da administração às Informações****Trimestrais em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Recursos em bancos e em caixa	3.354	8.041	5.956	8.292
Fundos de investimentos financeiros de curto prazo	297.596	213.827	317.015	240.848
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>300.950</u>	<u>221.868</u>	<u>322.971</u>	<u>249.140</u>

7 Instrumentos financeiros derivativos

	<u>Controladora e Consolidado</u>			
	<u>30 de setembro de 2011</u>		<u>31 de dezembro de 2010</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
<i>Swaps</i> de taxa de juros	207	6.789	32	1.790
Contratos de câmbio a termo		(3.328)		2.240
Contratos de opção de dólar	3.106		457	
Parcela circulante	<u>3.313</u>	<u>3.461</u>	<u>489</u>	<u>4.030</u>

O valor justo das operações com derivativos foi calculado pela Companhia e suas controladas e representa o valor de mercado para a reversão das operações na data de encerramento do período. Desta forma, o valor justo apurado é válido somente para as datas das informações consolidadas, sendo passível de alteração subsequente em função de alterações nas variáveis de mercado em datas posteriores, principalmente com relação à variação nas taxas de câmbio.

As operações de derivativos financeiros contratadas pelas empresas consolidadas não demandam margens em garantia, apenas sendo realizados ajustes de valores, a crédito ou a débito, nas datas pactuadas.

(a) Swap de taxas de juros - CDI x US\$ e LIBOR6 flutuante x pré-fixada

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de *swap* de taxas de juros, em aberto em 30 de setembro de 2011 correspondem a R\$ 168.174 (R\$ 69.805 em 31 de dezembro de 2010).

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas (taxas de juros em CDI e LIBOR) decorrentes de empréstimos e financiamentos, a Companhia contratou operações de Swap, negociadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros, e registrados na CETIP, cujos saldos de face apresentam os seguintes montantes e condições:

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Bancos Votorantim e BTG Pactual: US\$ 13,3 milhões - posição ativa em CDI + 1,35% ao ano e passiva em US\$ + 5,7% ao ano, com vencimentos semestrais até dezembro de 2012;
- Banco Espírito Santo: US\$ 10,0 milhões - posição ativa em LIBOR6 flutuante e passiva pré-fixada em 3,6% ao ano, com vencimentos semestrais até junho de 2013;
- Banco BTG Pactual: US\$ 7,5 milhões - posição ativa em LIBOR6 flutuante e passiva pré-fixada em 3,78% ao ano, com vencimentos semestrais até junho de 2013;
- Banco Santander: US\$ 7,5 milhões - posição ativa em LIBOR6 flutuante e passiva pré-fixada em 3,88% ao ano, com vencimentos semestrais até junho de 2013; e,
- Banco Itaú: USD 52,4 milhões - posição ativa em US\$ + 4,85% ao ano e passiva em CDI + 1,7% ao ano, com vencimentos semestrais até setembro de 2018.

(b) Contratos de câmbio a termo ('Forward'):

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de câmbio a termo, em aberto em 30 de setembro de 2011, totalizam R\$ 27.296 (R\$ 23.528 em 31 de dezembro de 2010).

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 30 de setembro de 2011, a Companhia contratou operações de 'compra' de moeda a termo (NDF - Non Deliverable Forward), em dólares, nos seguintes montantes e condições:

- Banco HSBC: US\$ 10,6 milhões - posição comprada dólar, taxa média de realização R\$ 1,7363, com vencimentos até 16 de abril de 2012; e,
- Banco Santander: US\$ 5,1 milhões - posição comprada dólar, taxa média de realização de R\$ 1,7416, com vencimentos até 15 de junho de 2012.

(c) Contratos de opção de dólar (Call-compra):

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de câmbio a termo, em aberto em 30 de setembro de 2011, totalizam R\$ 29.123 (R\$ 16.408 em 31 de dezembro de 2010).

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 30 de setembro de 2011, a Companhia contratou operações de 'opção de compra de moeda' (Call-compra), em dólares, nos seguintes montantes e condições:

- Banco HSBC: US\$ 2,7 milhões - opção (Call-compra) a taxa de R\$ 1,8110, com vencimento para 17 de outubro de 2011;
- Banco Itaú: US\$ 2,7 milhões - opção (Call-compra) a taxa de R\$ 1,7950, com vencimento para 16 de novembro de 2011;
- Banco BES: US\$ 4,8 milhões - opção (Call-compra) a taxa de R\$ 1,6850, com vencimento para 16 de janeiro de 2012; e,
- Banco Santander: US\$ 5,5 milhões - opção (Call-compra) a taxa média de R\$ 1,7652, com vencimentos para 15 de maio de 2012 e 15 de junho de 2012.

Notas Explicativas**Cia Providência Indústria e Comércio****Notas explicativas da administração às Informações****Trimestrais em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Contas a receber de clientes e demais contas a receber

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Contas a receber de clientes no mercado interno	68.773	51.451	102.002	65.113
Contas a receber de clientes no mercado externo	67.243	61.177	69.891	67.040
Menos: provisão para devedores duvidosos	<u>(2.122)</u>	<u>(2.073)</u>	<u>(3.638)</u>	<u>(2.762)</u>
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>133.894</u>	<u>110.555</u>	<u>168.255</u>	<u>129.391</u>
Parcela no circulante	131.555	108.793	163.412	124.716
Parcela no não circulante	2.339	1.762	4.843	4.675

A grande maioria dos montantes vencidos há mais de 90 dias refere-se a clientes que não possuem histórico de inadimplência. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
A vencer	119.945	106.271	149.293	122.032
Vencidos até 60 dias	3.605	2.825	6.323	5.854
Vencidos entre 61 e 90 dias	548	194	1.023	240
Vencidos há mais de 90 dias	<u>11.918</u>	<u>3.338</u>	<u>15.254</u>	<u>4.027</u>
Total	<u>136.016</u>	<u>112.628</u>	<u>171.893</u>	<u>132.153</u>
Provisão para devedores duvidosos	<u>(2.122)</u>	<u>(2.073)</u>	<u>(3.638)</u>	<u>(2.762)</u>
Total	<u>133.894</u>	<u>110.555</u>	<u>168.255</u>	<u>129.391</u>

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes são as seguintes:

	<u>Controladora</u>	
	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Saldo anterior	2.073	2.144
Provisão para devedores duvidosos	1.466	482
Valores não usados, estornados	<u>(1.416)</u>	<u>(553)</u>
Saldo final	<u>2.122</u>	<u>2.073</u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo anterior	2.762	2.468
Provisão para devedores duvidosos	2.515	3.605
Valores não usados, estornados	(1.639)	(3.311)
Saldo final	<u>3.638</u>	<u>2.762</u>

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do período como 'Despesas comerciais'. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

9 Estoques

	Controladora	
	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Matérias-primas	5.128	4.284
Matérias-primas auxiliares	7.265	6.794
Produtos em elaboração	1.297	1.128
Produtos acabados	17.333	14.815
Material de almoxarifado	6.252	4.479
Mercadorias em trânsito	259	221
	<u>37.534</u>	<u>31.721</u>
	Consolidado	
	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Matérias-primas	9.616	5.010
Matérias-primas auxiliares	8.329	7.308
Produtos em elaboração	2.572	1.770
Produtos acabados	21.522	16.401
Material de almoxarifado	9.160	5.955
Mercadorias em trânsito	418	440
	<u>51.617</u>	<u>36.884</u>

Notas Explicativas**Cia Providência Indústria e Comércio****Notas explicativas da administração às Informações****Trimestrais em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Tributos a recuperar

	30 de setembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Ativo circulante	Realizável a longo prazo	Ativo circulante	Realizável a longo prazo
Controladora				
Impostos/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	8.085	9.896	7.197	19.324
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	7.774		11.559	
Contribuição para Fins da Seguridade Social - COFINS	1.512	17.110	1.437	18.519
Programa de Integração Social - PIS	297	1.967	343	2.310
Antecipações de IR e CS	100	194		4.326
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	8.862	4.306	3.904	8.143
	<u>26.630</u>	<u>33.473</u>	<u>24.440</u>	<u>52.622</u>
Controladas				
Impostos/Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	83	117	4	117
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	2.161		2.006	
Contribuição para fins da Seguridade social - COFINS		179		179
Programa de Integração Social - PIS		41		41
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	573	437	326	436
	<u>2.817</u>	<u>774</u>	<u>2.336</u>	<u>773</u>
Consolidado	<u>29.447</u>	<u>34.247</u>	<u>26.776</u>	<u>53.395</u>

Os créditos de ICMS de curto prazo são decorrentes das vendas para o mercado externo, sendo possível a sua compensação através de pedido de restituição junto à repartição da receita estadual.

Os créditos de ICMS de longo prazo são recuperáveis através da negociação com empresas interessadas ou através da compensação com a fatura de energia elétrica.

De acordo com a legislação fiscal, a Companhia diferiu o pagamento do ICMS sobre os bens adquiridos através de importações, substancialmente maquinário. Dessa forma os créditos sobre estas operações, cujos pagamentos se darão a longo prazo, foram registrados no ativo não circulante e o correspondente imposto a pagar (Nota 16) em conta específica no passivo não circulante.

Até 30 de setembro de 2011, a Companhia recebeu R\$ 13.285 relativos aos processos de restituição de créditos tributários de IPI, Imposto de Renda e Contribuição Social pagos a maior em exercícios anteriores.

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei 11.941/09, por meio do qual as apurações do Imposto sobre a Renda (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social

Notas Explicativas**Cia Providência Indústria e Comércio****Notas explicativas da administração às Informações****Trimestrais em 30 de setembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09, foram registrados nas informações trimestrais da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371. A Companhia consignou a referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) em 30 de junho de 2011.

Os saldos acumulados de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são como segue:

	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativo		
Controladora		
Imposto de Renda (IR)		
Prejuízos fiscais acumulados	197.533	175.893
Diferenças temporárias	<u>(42.948)</u>	<u>(23.363)</u>
	<u>154.585</u>	<u>152.530</u>
Alíquota de IR	25%	25%
Crédito de IR diferido sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	38.646	38.133
Crédito de IR diferido sobre ágio na incorporação reversa	73.024	83.457
Total de crédito de imposto de renda	<u>111.670</u>	<u>121.590</u>
Contribuição social		
Bases negativas acumuladas	197.533	175.893
Diferenças temporárias	<u>(41.527)</u>	<u>(21.941)</u>
	<u>156.006</u>	<u>153.952</u>
Alíquota de CS	9%	9%
Crédito de CS diferido sobre bases negativas e diferenças temporárias	14.041	13.856
Crédito de CS diferido sobre ágio na incorporação reversa	26.288	30.043
Total de crédito contribuição social	<u>40.329</u>	<u>43.899</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferido ativo	<u>151.999</u>	<u>165.489</u>

Notas Explicativas**Cia Providência Indústria e Comércio****Notas explicativas da administração às Informações****Trimestrais em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Controlada		
Imposto de Renda Providência USA Inc.		
Prejuízo fiscal acumulado	9.177	
Imposto Federal (alíquota de 32%)	2.937	
Imposto Estadual - Carolina do Norte (alíquota de 7%)	642	
Ganho cambial em conversão de moeda estrangeira	<u>523</u>	
Total de imposto de renda diferido ativo	<u>4.102</u>	
Consolidado	156.101	165.489

Composição por ano de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Até Setembro de 2012	5.763	19.252	5.919	19.252
De Outubro de 2012 até Setembro de 2013	19.957	19.957	20.496	19.957
De Outubro de 2013 até Setembro de 2014	21.233	21.233	21.806	21.233
De Outubro de 2014 até Setembro de 2015	22.545	22.545	23.153	22.545
De Outubro de 2015 até Setembro de 2016	23.434	23.434	24.066	23.434
De Outubro de 2016 até 2020	<u>59.067</u>	<u>59.068</u>	<u>60.661</u>	<u>59.068</u>
	<u>151.999</u>	<u>165.489</u>	<u>156.101</u>	<u>165.489</u>

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo, decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, com base em projeções de resultados futuros fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações, e que foram aprovados pelo Conselho de Administração.

Em fevereiro de 2007 a Companhia incorporou a Alnilan S.A., empresa 'veículo' utilizada na aquisição da Companhia Providência Indústria e Comércio, a qual possuía em seus registros ágio decorrente desta aquisição. Visando preservar o fluxo de dividendos dos acionistas controladores e minoritários, de acordo com as instruções CVM nº 319/99 e 349/2001, quando da abertura de capital, em julho de 2007, a Companhia registrou provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido. O ágio e a provisão foram amortizados linearmente a taxa de 10% ao ano até 31 de dezembro de 2008.

Em função das mudanças introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela Lei 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009, os valores do ágio gerado na incorporação e da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido deixaram de ser amortizados de forma sistemática. Sendo assim, o correspondente ao benefício fiscal de IR e CS diferidos sobre sua futura amortização fiscal foi classificado como IR e CS diferido ativo.

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As diferenças temporárias que dão origem ao IR e CS diferido passivo referem-se, substancialmente, a amortização fiscal do ágio gerado na aquisição da controlada Isofilme.

12 Investimentos

(a) Investimentos em controladas

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia detém 96.246.205 do total de 96.246.206 quotas do capital social da Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda., empresa que tem como objeto social a fabricação e comercialização de produtos plásticos em geral, dentre eles o não tecido ('nonwoven'), resultantes da transformação de polipropileno.

Em 8 de agosto de 2008 foi constituída a controlada direta Providência USA Inc., domiciliada em Statesville, estado da Carolina do Norte, nos Estados Unidos da América, cujo objeto social é a produção e comercialização de não tecido ('nonwoven'). Em 30 de setembro de 2011, a Companhia detém a totalidade das ações do capital social compreendido por 1.000 ações.

Nome	País	Patrimônio líquido na investida	Resultado do período	Participação %	Participação em:	
					30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Isofilme Ltda.	Brasil	117.985	8.643	99,99	117.985	109.342
Providência USA Inc.	EUA	(7.405)	(1.899)	100,00		
					<u>117.985</u>	<u>109.342</u>

Segue abaixo a participação da Companhia nos resultados das principais controladas diretas:

<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Receita</u>	<u>Lucro (prejuízo)</u>
Isofilme Ltda.	164.753	(46.768)	59.136	8.643
Providência USA Inc.	195.800	(203.205)	31.859	(1.899)

<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Receita</u>	<u>Lucro (prejuízo)</u>
Isofilme Ltda.	136.655	(27.313)	64.113	10.863
Providência USA Inc.	129.075	(133.720)	17	(3.429)

(b) Controlada com passivo a descoberto

Relativamente a controlada que apresenta passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo), foi constituída a respectiva provisão que esta sendo apresentada no passivo não circulante no balanço

Notas Explicativas**Cia Providência Indústria e Comércio****Notas explicativas da administração às Informações****Trimestrais em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

patrimonial da controladora sob a rubrica 'Provisão para Passivo a descoberto', e foi computada da seguinte forma:

	<u>Controlada</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>Passivo a descoberto</u>		<u>Provisão para passivo a descoberto</u>	
	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Providência USA Inc.	(7.405)	(4.646)	(7.405)	(4.646)

Durante o período findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia registrou despesa de equivalência patrimonial no montante de R\$ 1.899 no resultado (provisão para passivo a descoberto de R\$ 1.835 em 2010) e registrou perda decorrente de variação cambial sobre investimento no exterior de R\$ 860 na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido (vide Nota 'd' a seguir).

(c) Movimentação dos investimentos

	<u>Controladora</u>
	<u>Isofilme</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>109.342</u>
Equivalência patrimonial	8.643
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u>117.985</u>

(d) Movimentação do investimento com passivo a descoberto

	<u>Controladora</u>
	<u>Providência USA Inc.</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	4.646
Ajustes acumulados de conversão	860
Equivalência patrimonial	1.899
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u>7.405</u>

Os ajustes resultantes do processo de conversão das demonstrações financeiras da Providência USA Inc., originalmente preparados em moeda estrangeira (Dólar Norte-Americano) e convertidos para o Real, foram registrados como ajuste acumulado de conversão na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido.

Notas Explicativas**Cia Providência Indústria e Comércio****Notas explicativas da administração às Informações****Trimestrais em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Intangível

	Controladora			
	Custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente	Total	Taxa	
Em 31 de dezembro de 2010	11.362	11.362		
Período findo em 30 de setembro de 2011				
Aquisições	1.834	1.834		
Amortização	(2.384)	(2.384)	20%	
Saldo contábil, líquido	10.812	10.812		
	Consolidado			
	Ágio	Custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente	Total	Taxa
Em 31 de dezembro de 2010	33.133	11.368	44.501	
Período findo em 30 de setembro de 2011				
Aquisições		1.834	1.834	
Transferências		1.242	1.242	
Variação cambial		200	200	
Amortização		(2.492)	(2.492)	20%
Saldo contábil, líquido	33.133	12.152	45.285	

Em janeiro de 2008, a Controladora direta Providência Participações Ltda. foi incorporada pela sua controlada (incorporação reversa) Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. (Isofilme). O ágio que a Providência Participações Ltda. possuía em seus registros, decorrente da aquisição da Isofilme, vinha sendo amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano, com base na expectativa de rentabilidade futura, suportada em relatório de avaliação econômica elaborado por empresa especializada que utilizaram taxa de desconto real de 9,6% a.a. A partir de 1º de janeiro de 2009, o referido ágio deixou de ser amortizado contabilmente de forma sistemática ao resultado, estando somente sujeito à análise do valor de recuperação nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Ainda em decorrência da incorporação reversa, o ágio está registrado em conta específica no ativo intangível da Isofilme e não está sujeito à provisão para a integridade do patrimônio líquido prevista na instrução CVM nº 349, isto pelas razões abaixo expostas:

- Não houve interposição de empresa veículo, sendo incorporada pela controlada a investidora original e os fundamentos econômicos que deram origem ao ágio continuam válidos;

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Não houve qualquer evento que represente em aumento patrimonial sem substância econômica nas informações trimestrais consolidadas da Companhia.

Tendo em vista a Companhia ter optado pelo Regime Tributário de Transição introduzido pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, o ágio descrito acima continuou a ser amortizado fiscalmente para fins de apuração da provisão para imposto de renda e contribuição social do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, sendo que os ajustes de amortização estão sendo controlados em livros auxiliares, tendo os reflexos de imposto de renda e contribuição social diferidos sido refletidos no resultado.

O ágio no montante de R\$ 33.133 está fundamentado em expectativa de resultado futuro e é anualmente submetido ao teste de redução ao valor recuperável (*Impairment*). Em 31 de dezembro de 2010, o teste não revelou a necessidade de ajustes ao valor do ágio. As premissas adotadas para a projeção dos fluxos de caixa futuros foram baseadas na análise da sua performance dos últimos anos, na análise e expectativas de crescimento do seu mercado de atuação, além das expectativas e estratégias da Administração. Os valores projetados foram apresentados em termos reais, isto é, não consideram efeitos inflacionários futuros, e os fluxos de caixa operacionais foram projetados para o período de 1º de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2020. Conforme requerido pela norma contábil, o teste de redução ao valor recuperável será efetuado, novamente, em 31 de dezembro de 2011. Todavia, em 30 de setembro de 2011 não foram identificados indicadores de *Impairment* para o referido ágio.

Para o cálculo do valor residual, foi considerado o valor presente da perpetuidade do fluxo de caixa do último ano projetado. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados foi de 5,32% a.a., correspondente a taxa do CDI de dezembro de 2010 (11,64%) descontada a inflação anual projetada para 2011 (IPCA) de 5,32% - Fonte: Boletim Focus do Banco Central do Brasil.

14 Imobilizado

(a) Composição

	Controladora					
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Depreciação do custo atribuído	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010	*Taxa de depreciação (%)
Líquido				Líquido		
Terrenos	12.520			12.520	12.520	
Edifícios e construções	94.035	(11.418)	(5.940)	76.677	78.357	3
Máquinas e equipamentos	632.795	(261.754)	(36.201)	334.840	343.028	4
Instalações industriais	6.584	(2.929)	(122)	3.533	3.292	10
Ferramentas e pertences	345	(75)		270	4	10
Hardware	4.080	(2.643)		1.437	1.333	20
Veículos	103	(92)		11		20
Móveis e utensílios	3.081	(2.246)		835	728	10
Imobilizações em andamento	4.171			4.171	2.253	
Outras imobilizações	106			106	106	10
	<u>757.820</u>	<u>(281.157)</u>	<u>(42.263)</u>	<u>434.400</u>	<u>441.621</u>	

* média ponderada

Notas Explicativas**Cia Providência Indústria e Comércio****Notas explicativas da administração às Informações****Trimestrais em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	30 de setembro de 2011			31 de dezembro de 2010		
	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Depreciação do custo atribuído	Líquido	Líquido	*Taxa de depreciação (%)
Terrenos	15.080			15.080	14.835	
Edifícios e construções	112.302	(11.886)	(5.940)	94.476	79.628	3
Máquinas e equipamentos	814.271	(286.093)	(36.528)	491.650	395.693	4
Instalações industriais	9.130	(4.016)	(221)	4.893	4.772	10
Ferramentas e pertences	668	(129)		539	39	10
Hardware	4.466	(2.758)		1.708	1.371	20
Veículos	266	(101)		165		20
Móveis e utensílios	3.826	(2.443)		1.383	1.125	10
Imobilizações em andamento	51.603			51.603	120.768	
Outras imobilizações	106			106	106	10
	<u>1.011.718</u>	<u>(307.426)</u>	<u>(42.689)</u>	<u>661.603</u>	<u>618.337</u>	

* média ponderada

(b) Movimentação do ativo imobilizado

	Controladora				
	31 de dezembro de 2010	30 de setembro de 2011			
	Valor líquido	Adições	Depreciação	Baixas	Valor líquido
Terrenos	12.520				12.520
Edifícios e construções	78.357	625	(2.305)		76.677
Máquinas e equipamentos	343.028	6.204	(14.367)	(25)	334.840
Instalações industriais	3.292	551	(310)		3.533
Ferramentas e pertences	4	278	(12)		270
Hardware	1.333	428	(309)	(15)	1.437
Veículos		13	(2)		11
Móveis e utensílios	728	220	(113)		835
Imobilizações em andamento	2.253	1.918			4.171
Outras imobilizações	106				106
	<u>441.621</u>	<u>10.237</u>	<u>(17.418)</u>	<u>(40)</u>	<u>434.400</u>

Notas Explicativas**Cia Providência Indústria e Comércio****Notas explicativas da administração às Informações****Trimestrais em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado						
	31 de dezembro de 2010			30 de setembro de 2011			
	Valor líquido	Adições	Ganho (perda) cambial em conversão de moeda estrangeira	Depreciação	Baixas	Transferências	Valor líquido
Terrenos	14.835		245				15.080
Edifícios e construções	79.628	625	2.456	(2.498)		14.265	94.476
Máquinas e equipamentos	395.693	7.361	15.614	(17.641)	(45)	90.668	491.650
Instalações industriais	4.772	596	2	(477)			4.893
Ferramentas e pertences	39	283	37	(34)		214	539
Hardware	1.371	428	96	(339)	(15)	167	1.708
Veículos		13	24	(11)		139	165
Móveis e utensílios	1.125	220	(19)	(169)		226	1.383
Imobilizações em andamento	120.768	40.606	(2.850)			(106.921)	51.603
Outras imobilizações	106						106
	<u>618.337</u>	<u>50.132</u>	<u>15.605</u>	<u>(21.169)</u>	<u>(60)</u>	<u>(1.242)</u>	<u>661.603</u>

Em atendimento à orientação prevista no CPC 27 (Ativo imobilizado) e ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e CPC 28), a Companhia e suas controladas adotaram o custo atribuído para determinar o valor justo do ativo imobilizado, cujo saldo contábil era substancialmente inferior ao seu valor justo.

A avaliação foi realizada por empresa de engenharia independente especializada em avaliações patrimoniais, de acordo com as normas e procedimentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O ajuste no balanço consolidado em 1º de janeiro de 2009, realizado com base no Laudo de Avaliação e revisado pela administração do consolidado, totalizou R\$ 302.157. A depreciação sobre os ajustes ao valor justo nos períodos findos em 30 de setembro de 2011 e 30 de setembro de 2010 foi de R\$ 11.523, para cada período, na controladora e de R\$ 11.638 no consolidado.

A depreciação do período findo em 30 de setembro de 2011, alocada ao custo dos produtos vendidos consolidado, soma R\$ 19.446 (30 de setembro de 2010 - R\$ 17.299), e as despesas operacionais somam R\$ 1.723 (30 de setembro de 2010 - R\$ 1.532).

Com objetivo de ampliar sua capacidade produtiva, a Companhia vem realizando investimentos relacionados com a aquisição de novas máquinas, de forma que foram efetuados adiantamentos registrados na rubrica 'Imobilizações em andamento'. Tais investimentos incluem a implantação da fábrica nos Estados Unidos, pela investida Providência USA Inc.

A partir do mês de maio de 2011 a fábrica nos Estados Unidos atingiu seus níveis mínimos de produção. Desta forma, os bens foram transferidos da rubrica 'Imobilizações em Andamento' e passaram a ser depreciados.

Notas Explicativas**Cia Providência Indústria e Comércio****Notas explicativas da administração às Informações****Trimestrais em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

				Controladora	
Modalidade	Encargos financeiros	Moeda	Vencimentos	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Financiamento máquina de fabricação do tecido não-tecido Máquina Kami 9	LIBOR + 1,25% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2013 Principal: semestrais a partir de 2009 até 2013	159 34.034	264 42.280
Nota de crédito à exportação	112% do CDI	Real	Juros: semestrais até 2013 Principal: semestrais a partir de 2010 até 2013	1.817 37.500	657 50.000
EXIM-PSI	7% a.a.	Real	Juros: trimestrais até 2011 Principal: Dezembro 2011	367 150.000	395 150.000
Pré-pagamento	4,85% a.a.	Dólar	Juros: trimestrais até 2018 Principal: Dezembro 2018	13 96.589	
				<u>320.479</u>	<u>243.596</u>
Debêntures	CDI + 1,35% a.a.	Real	Juros: semestrais até 2012 Principal: 2010 2011 e 2012	4.964 100.500	1.556 100.000
				<u>105.464</u>	<u>101.556</u>
Total controladora				<u>425.943</u>	<u>345.152</u>
Parcela no circulante				<u>(299.918)</u>	<u>(242.076)</u>
Parcela no passivo não circulante				<u>126.025</u>	<u>103.076</u>

Notas Explicativas**Cia Providência Indústria e Comércio****Notas explicativas da administração às Informações****Trimestrais em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

				Controladas	
Modalidade	Encargos financeiros	Moeda	Vencimentos	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Financiamento máquina	LIBOR + 0,85% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2016	88	13
			Principal: semestrais até 2016	15.262	15.072
Financiamento planta USA	LIBOR + 1,25% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2023	37	
			Principal: semestrais até 2023	13.840	
	LIBOR + 4,00%	Dólar	Juros: semestrais até 2013	58	242
			Principal: semestral até 2013	18.544	24.993
	LIBOR + 2,15%	Dólar	Juros e Principal: 15/09/2011		66 8.331
	LIBOR + 2,47%	Dólar	Juros: semestrais até 2015	179	34
			Principal: semestral até 2015	18.729	16.828
	LIBOR + 3,08%	Dólar	Juros: semestrais até 2016	100	
			Principal: semestral até 2016	16.690	
	LIBOR + 2,50%	Dólar	Juros: semestrais até 2016	111	
			Principal: 03/04/2016	9.273	
	SIFMA	Dólar	Juros: mensais até 2030	5	5
			Principal: 2030	16.349	14.821
	LIBOR + 1,50%	Dólar	Juros: semestrais até 2022	5	378
			Principal: semestral até 2022	79.365	67.116
	LIBOR + 1,20%	Dólar	Juros: semestrais até 2024	31	
			Principal: semestral até 2024	12.867	
Total controladas				<u>201.533</u>	<u>147.899</u>
Total consolidado				<u>627.476</u>	<u>493.051</u>
Parcela no circulante (consolidado)				<u>(312.817)</u>	<u>(262.207)</u>
Parcela no passivo não circulante (consolidado)				<u>314.659</u>	<u>230.844</u>

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição por ano de vencimento da parcela no passivo não circulante:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
2012	20.974	91.204	34.412	111.205
2013	17.241	11.872	46.900	34.407
2014	17.561		40.846	14.205
2015	17.564		39.826	71.027
De 2016 até 2030	52.685		152.675	
	<u>126.025</u>	<u>103.076</u>	<u>314.659</u>	<u>230.844</u>

O montante de R\$ 34.193, referente ao contrato de pré-pagamento de exportação (financiamento de máquina), está garantido por notas promissórias no montante de US\$ 36,5 milhões, acrescido de juros e ajustado pelo efeito de variação cambial, conforme 'Credit Agreement' firmado entre as partes.

Em 13 de outubro de 2010, a Companhia liquidou a operação de NCE (Notas de crédito à exportação) contratada junto ao Banco Votorantim, cujo saldo na data era de R\$ 69.425. Sendo assim, o montante de R\$ 39.317 refere-se ao contrato em aberto junto ao banco Bradesco, cujos vencimentos de principal e juros são semestrais e vão até 2013.

Em 13 de Outubro de 2010 a Companhia contratou junto aos Bancos Votorantim e Itaú, recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ('BNDES') através do programa 'BNDES-Exim' na modalidade 'BNDES-Exim Pré-Embarque PSI', no montante de R\$ 150.000. Os recursos provenientes da operação estão sendo utilizados pela empresa na produção e exportação de bens incluídos no Grupo II da Carta Circular nº 31/2007 de 30/07/2007 do BNDES. O vencimento da operação será em 15 de dezembro de 2011. Os juros são calculados na base de 7% ao ano com pagamentos trimestrais até o vencimento final do principal.

Em 26 de setembro de 2011, a Companhia contratou junto ao banco Itaú uma operação de US\$ 52,4 milhões, com 2 anos de carência e vencimentos semestrais até 26 de setembro de 2018. A taxa de juros contratada é de 4,85% ao ano. De modo a proteger essa operação frente às oscilações do dólar, contratamos uma operação de Swap no mesmo montante, de ponta ativa em USD + 4,85% ao ano e ponta passiva de CDI + 1,70% ao ano.

O montante de R\$ 15.350 refere-se ao contrato de financiamento entre a Isofilme e o banco alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau (kfw), firmado em 27 de Julho de 2005, destinado à compra de máquina para a produção de tecido não-tecido ('nonwoven'), com taxa de juros equivalente à variação LIBOR + 0,85% ao ano, com pagamento de principal e juros semestrais até 2016.

O montante de R\$ 13.877 refere-se à parcela liberada, do total de EUR 28,7 milhões, contratados em 08 de agosto de 2011 entre a Isofilme e o Banco HSBC, garantidos pela agência alemã Euler Hermes Kreditversicherungs AG. Tais recursos serão destinados ao financiamento da máquina a ser instalada em Minas Gerais e estão sendo liberados de acordo com os embarques da máquina e seus componentes. A taxa de juros contratada é a variação da LIBOR + 1,25% ao ano, com pagamento de juros semestrais e principal com dois anos de carência a partir da data do aceite final da máquina.

O montante de R\$ 18.602 refere-se ao contrato de financiamento entre a Providência USA Inc. e o Banco HSBC, firmado em 19 de setembro de 2008, destinado à aquisição das máquinas nos Estados Unidos.

Em 15 de setembro de 2010, foi contratada junto ao Banco Bradesco S/A uma operação de US\$ 5 milhões para financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos, com taxa de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,15% ao ano. Essa operação foi liquidada em 15 de setembro de 2011.

Em 16 de novembro de 2010 e em 31 de dezembro de 2010, foram contratadas junto ao banco HSBC operações no total de

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

US\$ 10,1 milhões para financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento dessas operações é para 24 de abril de 2015 e 25 de novembro de 2015, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,47% ao ano, em média.

Em 4 de março de 2011 e em 07 de julho de 2011, foram contratadas junto ao Banco Itaú S/A operações no total de US\$ 9 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento dessas operações é para 04 de março de 2016 e 10 de junho de 2016, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 3,08% ao ano, em média.

Em 13 de abril de 2011, foi contratada junto ao Banco do Brasil uma operação de US\$ 5 milhões para o financiamento do capital de giro da planta nos Estados Unidos. O vencimento da operação é para 03 de abril de 2016, com pagamento de juros semestrais pela variação da LIBOR + 2,5% ao ano.

Em 12 de maio de 2010 houve a captação de US\$ 9,1 milhões para financiamento das edificações da planta nos Estados Unidos. A operação, denominada Recovery Zone Facility Bonds, consiste na emissão de títulos públicos americanos, do condado de Iredell, administrada por um agente (Wells Fargo Bank), e garantida pelo banco HSBC, cuja remuneração é calculada semanalmente e paga mensalmente de acordo com a taxa SIFMA (Securities Industry and Financial Markets Association).

O montante de R\$ 79.370 refere-se às parcelas liberadas, do total de EUR 34,6 milhões, contratados em 12 de fevereiro de 2010 entre a Providência USA Inc. e o Banco HSBC, garantidos pela agência alemã Euler Hermes Kreditversicherungs AG. Tais recursos foram destinados ao financiamento da máquina instalada nos Estados Unidos. A taxa de juros contratada é a variação da LIBOR + 1,5% ao ano, com pagamento de juros semestrais, e principal com dois anos de carência a partir da data do aceite final da máquina, ocorrida para setembro de 2011.

O montante de R\$ 12.898 refere-se à parcela liberada, do total de EUR 28,3 milhões, contratados em 08 de agosto de 2011 entre a Providência USA Inc. e o Banco HSBC, garantidos pela agência alemã Euler Hermes Kreditversicherungs AG. Tais recursos serão destinados ao financiamento da máquina a ser instalada nos Estados Unidos e estão sendo liberados de acordo com os embarques da máquina e seus componentes. A taxa de juros contratada é a variação da LIBOR + 1,20% ao ano, com pagamento de juros semestrais, e principal com dois anos de carência a partir da data do aceite final da máquina.

Todas as captações destinadas ao financiamento da planta nos Estados Unidos são garantidas pela Companhia. Em 30 de setembro de 2011, os avais garantem os R\$ 172.306 de endividamento da Providência USA Inc. Além disso, a Companhia possui junto ao HSBC uma carta fiança internacional, visando garantir os US\$ 9,1 milhões relativos à captação do Recovery Zone Facility Bond.

As captações destinadas ao financiamento exclusivo das máquinas possuem penhor mercantil das próprias máquinas pelos saldos remanescentes do financiamento. Em 30 de setembro de 2011 este montante representa R\$ 121.495, dos quais R\$ 92.268 referem-se à máquina da planta nos Estados Unidos e R\$ 29.227 referem-se à máquina da Isofilme, acrescido de carta fiança bancária no valor de R\$ 17.800.

Os empréstimos nacionais não possuem garantias.

Abreviaturas:

CDI - Certificado de Depósito Interbancário

LIBOR - London Interbank Offered Rate (Taxa Interbancária de Londres)

NCE - Notas de crédito à exportação

SIFMA - Securities Industry and Financial Markets Association (Associação dos Mercados Financeiros e Valores Mobiliários)

Em 30 de novembro de 2007 foram emitidas 15.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000 com pagamento de juros semestrais até 2012 e principal com 2 anos de carência com vencimentos anuais igualmente até 2012. Sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios à variação acumulada da taxa média de

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

juros dos Certificados de Depósito Interbancários (CDI) de um dia, capitalizada de uma sobretaxa de 1,35% ao ano, base 252 dias.

Série	Data de emissão	Valor	Vencimento final	Remuneração anual	30 de setembro de 2011	
					Circulante	Não circulante
1ª emissão	30.11.2007	150.000	30.11.2012	CDI + 1,35%	105.464	

Cumprimento de índices (Covenants)

No que diz respeito às obrigações relacionadas à emissão das debêntures, a Companhia está sujeita ao cumprimento de determinados índices, calculados com base nos saldos das informações trimestrais consolidadas. Na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (Eventos de Inadimplemento), o Agente Fiduciário poderá, observado o disposto nas cláusulas 6.2, 6.3 e 6.4 da Escritura de Emissão, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às Debêntures:

- (a) Apresentar, por dois trimestres consecutivos, a contar do primeiro período de 2008, uma razão 'Dívida Líquida/EBITDA' apurada no último dia de cada período, maior ou igual que os números conforme abaixo para os respectivos anos:

2008	2009	2010	2011	2012
3,50	3,20	3,00	2,75	2,50

Em 30 de setembro de 2011, a razão dívida líquida/EBITDA é de 3,44. O resultado não foi atingido neste trimestre devido às captações de recursos realizadas para o financiamento da planta nos Estados Unidos, cujo EBITDA correspondente acumulado no período está abaixo do real potencial em função do período de ajuste de máquina, além de ainda não abranger os 12 meses considerados no cálculo, já que as operações na nova planta foram iniciadas em janeiro de 2011.

- (b) Apresentar, por dois trimestres consecutivos, a contar do primeiro período de 2008, um 'Índice de Cobertura de Juros' apurado no último dia de cada trimestre, menor ou igual que os números conforme abaixo:

2008	2009	2010	2011	2012
2,25	2,50	2,75	3,00	3,00

Em 30 de setembro de 2011, o índice de cobertura de juros foi de 10,58. Portanto, o índice está sendo cumprido.

- (c) Apresentar, por dois trimestres consecutivos, a contar do primeiro período de 2008, uma razão 'Dívida/Capitalização' maior ou igual a 0,65.

Em 30 de setembro de 2011, o índice de Dívida/Capitalização foi de 0,47. Portanto, o índice está sendo cumprido.

O não cumprimento do índice EBITDA/Dívida Líquida descrito no item (a), conforme indicado na escritura das debêntures, não gerou nenhum tipo de compromisso para a Companhia, pois, conforme rege a escritura de emissão, é direito da Companhia optar pelo pagamento antecipado das debêntures a qualquer momento após decorrido o prazo de 12 meses da data de emissão.

Desta forma, em 29 de setembro de 2011, foi aprovada a liquidação antecipada da totalidade das debêntures em circulação. O pagamento foi feito em 31 de outubro de 2011, acrescido de prêmio de R\$ 422, cujo montante já foi provisionado em 30 de setembro de 2011.

Adicionalmente, como a liquidação foi feita no dia 31 de outubro de 2011, a parcela do longo prazo foi reclassificada para o curto prazo no trimestre.

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Linhas de crédito:

Até 30 de setembro de 2011, a Companhia e suas controladas obtiveram duas linhas de crédito pré-aprovadas junto ao Banco HSBC no montante total de US\$ 82,4 milhões visando o financiamento das duas novas máquinas que estão sendo adquiridas. Esses recursos serão disponibilizados de acordo com o andamento dos projetos de construção dessas máquinas. Para a máquina a ser instalada no Brasil a taxa de juros a ser contratada será de LIBOR + 1,25% ao ano, já para a máquina a ser instalada nos Estados Unidos, a taxa de juros a ser contratada será de LIBOR + 1,20% ao ano. Os contratos serão garantidos pela agência alemã Euler Hermes Kreditversicherungs AG.

Ainda com o objetivo de financiar as obras e instalações e o capital de giro das novas plantas, a Companhia e suas controladas abriram linhas de crédito no montante de US\$ 40,9 milhões junto a diversas instituições financeiras, cujas taxas variam de LIBOR + 3,00% até LIBOR + 4,94% ao ano. Esses recursos serão disponibilizados na medida em que for identificada a necessidade de suprimento do caixa das plantas que estão recebendo os investimentos.

Os valores contábeis dos empréstimos, financiamentos e debêntures em comparação com os seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

Notas Explicativas**Cia Providência Indústria e Comércio****Notas explicativas da administração às Informações****Trimestrais em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Empréstimos e financiamentos	522.012	391.495	499.094	374.155
Debêntures	105.464	101.556	104.809	100.550
	<u>627.476</u>	<u>493.051</u>	<u>603.903</u>	<u>474.705</u>
	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Empréstimos e financiamentos	320.479	243.596	319.977	240.514
Debêntures	105.464	101.556	104.809	100.550
	<u>425.943</u>	<u>345.152</u>	<u>424.786</u>	<u>341.064</u>

16 Impostos, taxas e contribuições a recolher

	30 de setembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Controladora				
ICMS	592	599	534	812
PIS	8		19	
COFINS	22		73	
IRRF	204		308	
Demais obrigações tributárias	1.038		413	
	<u>1.864</u>	<u>599</u>	<u>1.347</u>	<u>812</u>
Controladas				
ICMS	215		122	
PIS	165		79	
COFINS	988		363	
IRRF	180		171	
IRPJ e CSLL	19		52	
Demais obrigações tributárias	790		28	
	<u>2.357</u>		<u>815</u>	
Consolidado	<u>4.221</u>	<u>599</u>	<u>2.162</u>	<u>812</u>

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Provisões

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos administrativos e judiciais de natureza cível, fiscal, previdenciária e trabalhista.

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos montantes efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos, sendo que somente são provisionados os valores relativos aos processos com risco de perda provável.

A controlada Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. é parte em diversos processos de natureza cível, fiscal, previdenciária e trabalhista.

O quadro a seguir apresenta a posição das provisões para perdas prováveis e depósitos judiciais em 30 de setembro de 2011:

	Controladora			
	30 de setembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos
Trabalhista	477	37	957	75
Cível	53		61	
Total	530	37	1.018	75
Circulante	253		495	
Não circulante	277	37	523	75
	Consolidado			
	30 de setembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos
Trabalhista	554	44	1.179	87
Cível	53		61	
Total	607	44	1.240	87
Circulante	330		717	
Não circulante	277	44	523	87

(a) Processos de Natureza Trabalhista

De uma maneira geral, os processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicional de insalubridade e/ou periculosidade, equiparação salarial, férias, dano moral decorrente de ações acidentárias, doença profissional, responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços, entre outros.

Notas Explicativas**Cia Providência Indústria e Comércio****Notas explicativas da administração às Informações****Trimestrais em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Processos de Natureza Cível

De uma maneira geral, os processos de natureza cível envolvem questões usuais e inerentes à nossa atividade empresarial e referem-se, sobretudo, a ações indenizatórias, cobranças de créditos, questões relativas à declaração de inexigibilidade de título executivo e sustação de protesto.

(c) Processos de Natureza Fiscal

A Companhia e suas controladas, em 30 de setembro de 2011, não figuram como parte em processos judiciais e administrativos que versam sobre matérias fiscais.

A movimentação das provisões no período findo em 30 de setembro de 2011 está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.018	1.240
Adições	233	253
Baixas	(721)	(886)
	<u>530</u>	<u>607</u>
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>530</u>	<u>607</u>

Contingências possíveis não provisionadas

A Companhia possui ações de natureza trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, de acordo com a avaliação jurídica, para os quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>31 de dezembro de 2010</u>
Trabalhistas	1.425	1.087	1.498	1.117
Cíveis	3.164	2.624	3.194	2.792
	<u>4.589</u>	<u>3.711</u>	<u>4.692</u>	<u>3.909</u>

Em 30 de setembro de 2011, os montantes relativos a processos de responsabilidade dos antigos controladores somam R\$ 3.460 na Controladora e no Consolidado (31 de dezembro de 2010 R\$ 696).

Notas Explicativas**Cia Providência Indústria e Comércio****Notas explicativas da administração às Informações****Trimestrais em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

O montante registrado a título de Impostos diferidos passivos são reconhecidos para fazer frente à realização das diferenças temporárias, e sua composição é feita da seguinte forma:

	Controladora	
	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Passivo		
Imposto de Renda (IR)		
Custo atribuído ao ativo imobilizado	256.422	267.950
	<u>256.422</u>	<u>267.950</u>
Alíquota de IR	25%	25%
Total de débito de imposto de renda	<u>64.106</u>	<u>66.987</u>
Contribuição social		
Custo atribuído ao ativo imobilizado	256.422	267.950
	<u>256.422</u>	<u>267.950</u>
Alíquota de CS	9%	9%
Total de débito contribuição social	<u>23.078</u>	<u>24.116</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferido passivo	<u>87.184</u>	<u>91.103</u>
	Consolidado	
	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Passivo		
Imposto de Renda (IR)		
Diferido sobre efeitos Lei 11.638 e Lei 11.941	27.256	15.904
Custo atribuído ao ativo imobilizado	259.469	273.832
	<u>286.725</u>	<u>289.736</u>
Alíquota de IR	25%	25%
Total de débito de imposto de renda	<u>71.681</u>	<u>72.434</u>
Contribuição social		
Diferido sobre efeitos Lei 11.638 e Lei 11.941	27.256	15.904
Custo atribuído ao ativo imobilizado	259.469	273.832
	<u>286.725</u>	<u>289.736</u>
Alíquota de CS	9%	9%
Total de débito contribuição social	<u>25.805</u>	<u>26.076</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferido passivo	<u>97.486</u>	<u>98.510</u>

Notas Explicativas**Cia Providência Indústria e Comércio****Notas explicativas da administração às Informações****Trimestrais em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Patrimônio líquido**(a) Capital social**

Em 30 de setembro de 2011, o capital social está representado por 80.041.132 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas conforme quadro a seguir:

Acionistas controladores e ligados aos controladores		
FIP ASAS	13.952.203	17,4%
FIP GG (Gov. e Gestão Investimentos Ltda.)	10.074.423	12,6%
FIP Bssf II	9.417.737	11,8%
FIP Brasil Equity II	6.278.492	7,8%
Banco Espírito Santo S.A.	5.861.269	7,3%
Boreal Fundo de Investimentos em Participações*	4.651.081	5,8%
Libra Holding S/A*	2.508.800	3,1%
Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco S.A.	1.953.757	2,4%
Fundo de Investimentos em Partic. C.A.	1.162.683	1,5%
Fip Ggpar (Gov. e Gestão Investimentos Ltda.)	970.724	1,2%
Boreal DTVM S/A*	361.900	0,5%
Boreal Ações III Fia*	<u>181.900</u>	0,2%
Total acionistas controladores e ligados aos controladores	<u><u>57.374.969</u></u>	71,7%
Administradores		
Diretoria	33.509	0,0%
Conselho de Administração	4.006	0,0%
Conselho Fiscal	<u>4.000</u>	0,0%
Total administradores	<u><u>41.515</u></u>	0,1%
Ações em circulação (free float)		
Décio Vinício Gomes	4.550.000	5,7%
Outros	17.990.548	22,5%
Ações em tesouraria	<u>84.100</u>	0,1%
Total de ações em circulação (free float)	<u><u>22.624.648</u></u>	28,3%
Total ações	<u><u>80.041.132</u></u>	100,0%

* Acionistas ligados ao Boreal Fundo de Investimentos em Participações

Conforme o Estatuto Social da Companhia, a mesma está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 4.050.000 (quatro milhões e cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária.

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Opções de compra de ações

De acordo com o Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com as Diretrizes para a Estruturação de Plano de Opção de Compra de Ações aprovadas em Assembleia Geral de 11 de maio de 2007 e 30 de maio de 2011, a Companhia pode outorgar planos de opção de compra ou subscrição de novas ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de executivos e empregados de alto nível da Companhia e de suas controladas.

As diretrizes para conceder planos de opção de compra de ações são administradas pelo Conselho de Administração, que pode outorgar planos de opção de compra de ações às pessoas indicadas acima. Os planos de opção de compra de ações a serem oferecidos nos termos dessas Diretrizes representarão, a qualquer momento, até 3% do total de ações de emissão da Companhia. Os termos e condições, inclusive o preço por ação, dos planos de opção de compra das ações são definidos pelo Conselho de Administração no momento da outorga ou concessão. Os acionistas, nos termos do que dispõe o art. 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, não terão preferência no período da opção de compra de ações.

Em 5 de julho de 2007, o Conselho de Administração aprovou um plano de opção de compra de ações, por meio do qual foram concedidas opções de compra de 827.244 ações de emissão da Companhia, correspondentes a aproximadamente 0,9% do capital social, ao preço de R\$ 8,40 por ação. O plano apresentou carência de um ano para o período das opções. Após esse período, cada beneficiário pode exercer sua opção de aquisição de lotes de até 1/3 (um terço) das ações objeto dos planos em cada uma das seguintes datas: 26 de julho de 2008, 26 de julho de 2009, 26 de julho de 2010.

Em 11 de agosto de 2009, o Conselho de Administração aprovou a prorrogação por mais 1 ano, ou seja, até 26 de julho de 2011, para que os beneficiários do Plano pudessem exercer a sua opção de compra de ações objeto deste Plano.

Desta forma, o prazo para cada beneficiário exercer sua opção de aquisição das ações objeto dos planos venceu em 26 de julho de 2011. Mesmo com a prorrogação do prazo o efeito do valor justo na data da outorga é irrelevante.

As premissas utilizadas para o cálculo, na data da outorga, foram as seguintes:

Taxa de juros livre de risco	0,78% a.a.
Prazo total em anos	3
Volatilidade anual esperada	15,09% a.a
Valor justo da opção na data da outorga	R\$ 1,60

O valor justo do programa de 2007 foi estimado com base no modelo de precificação *Garman-Kohlhagen*, devido ao objeto da opção gerar uma renda (dividendos) e o preço de período não ser corrigido.

Devido a Companhia não ser uma empresa de capital aberto na data da outorga, sem histórico de volatilidade da ação, foi utilizada a volatilidade histórica de empresa do mesmo segmento.

O referido plano prescreveu em 26 de julho de 2011, sendo que as opções não foram exercidas por nenhum dos beneficiários, razão pela qual o saldo foi transferido para reserva de capital.

Em 30 de maio de 2011, o Conselho de Administração aprovou novo plano de opção de compra de ações, por meio do qual foram concedidas opções de compra de 829.000 ações de emissão da Companhia, correspondentes a aproximadamente 1,01% do capital social, ao preço de R\$ 6,10 por ação. O plano tem três períodos de carência para o exercício das opções: Após o decurso de 12 meses, o participante passa a ter o direito de adquirir 20% das ações objeto da opção; após o decurso de 24 meses, o participante passa a ter direito de adquirir 30% das ações objeto da opção e; após o decurso de 36 meses o participante passa a ter direito de adquirir os outros 50% das ações objeto da opção. O prazo total de prescrição do plano é de 7 (sete) anos.

O reconhecimento nas demonstrações financeiras começou a ser feito a partir do mês de julho de 2011, visto que os contratos individuais entre a Companhia e os beneficiários foram assinados em 30 de junho de 2011.

A condição para exercer o direito é a permanência na Companhia. Até 30 de setembro de 2011 não houve movimentação na quantidade de opções de ações inicialmente outorgadas.

Notas Explicativas**Cia Providência Indústria e Comércio****Notas explicativas da administração às Informações****Trimestrais em 30 de setembro de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O valor justo calculado para o programa de 2011 totalizou R\$ 1.510, e foi estimado com base no modelo binomial de valorização de opções.

As premissas utilizadas para o cálculo, na data da outorga, foram as seguintes:

Taxa de juros livre de risco	12,15% a.a.
Prazo total em anos	3
Volatilidade anual esperada	52,86% a.a
Valor justo da opção na data da outorga	R\$ 6,10

Caso as opções de compra de ações sejam integralmente exercidas pelos seus titulares, os atuais acionistas da Companhia sofrerão uma diluição de participação de 1,03%. Tal diluição foi calculada com base na razão entre (i) o número total de ações objeto do plano de opção de compra de ações vigente, e (ii) o número total de ações de emissão da Companhia em 30 de setembro de 2011, acrescido do número total de ações objeto dos planos de opção de compra de ações, ou seja:

'Diluição em 30/09/2011' = $829.000 / (80.041.132 + 829.000) \times 100 = 1,03\%$

Movimentação das opções	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Quantidade inicial	827.244	827.244
Opções outorgadas	829.000	
Opções não exercidas	(827.244)	
Quantidade final	829.000	827.244
Preços de exercício - plano aprovado em 05/07/2007	8,40	8,40
Preços de exercício - plano aprovado em 30/05/2011	6,10	
Data de vencimento - plano aprovado em 05/07/2007	26/07/2011	26/07/2011
Data de vencimento - plano aprovado em 30/05/2011	30/05/2018	

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Reservas de capital

O saldo de reserva de capital é substancialmente composto pela reserva de ágio na emissão de ações. Conforme descrito na Nota 19 (b), a Companhia reconheceu reserva especial para fazer frente aos compromissos do novo plano de opções de compra de ações, cujo saldo totaliza R\$ 55 em 30 de setembro de 2011 (R\$ 1.324 em 31 de dezembro 2010).

(d) Ações em tesouraria

<u>Movimentação ações em tesouraria</u>	<u>Valor</u>	<u>Quantidade</u>
Recompra ações referentes ao 1º programa	23.258	3.124.000
Cancelamento de ações	(22.998)	(3.089.245)
Programa Stock Options	(260)	(34.755)
Recompra ações referentes ao 2º programa	<u>2.009</u>	<u>783.000</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2008	2.009	783.000
Recompra ações referentes ao 2º programa	<u>4.692</u>	<u>1.659.000</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	6.701	2.442.000
Cancelamento de ações	(6.701)	(2.442.000)
Recompra ações referentes ao 3º programa	<u>458</u>	<u>84.100</u>
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u><u>458</u></u>	<u><u>84.100</u></u>

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 18 de dezembro de 2007 o primeiro Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia para posterior manutenção em tesouraria ou cancelamento, sem redução do capital social no máximo de 3.124.000 ações ordinárias, que correspondiam a 10% das ações ordinárias em circulação. A operação, que teve início em janeiro de 2008, foi realizada por meio da corretora UBS Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários. Ao longo do Programa, a Companhia recomprou as 3.124.000 ações pelo montante de R\$ 23.258.

Em 30 de outubro de 2008, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o cancelamento de 3.089.245 ações em tesouraria.

Em 12 de novembro de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o segundo Programa de Recompra de Ações de emissão da Companhia com as mesmas características do primeiro Programa, sendo no máximo de 2.442.000 ações ordinárias que correspondiam a 10% das ações em circulação. A operação foi realizada por meio das corretoras BES Investimento do Brasil S.A. - Banco de Investimento e/ou Merrill Lynch S.A. CTVM. Até 31 de dezembro de 2009, a Companhia recomprou 2.442.000 ações pelo montante de R\$ 6.701.

Em reunião realizada em 6 de setembro de 2011 o Conselho de Administração da Companhia Providência aprovou o cancelamento das 2.442.000 (dois milhões e quatrocentos e quarenta e duas mil) ações detidas em Tesouraria, e consequente alteração na divisão do Capital Social da Companhia, que passa a ser representado por 80.041.132 (oitenta milhões, quarenta e uma mil, cento e trinta e duas) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 26 de setembro de 2011, a Companhia iniciou seu 3º Programa de Recompra de Ações de própria emissão. A Administração da Companhia entende que o Programa, que visa recomprar 2.260.000 ações em até 365 dias para manutenção em tesouraria ou cancelamento, atende o interesse da Providência tendo em vista o valor de cotação de suas ações na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e os recursos disponíveis. O Programa compreenderá 10% do total de 22.624.648 ações ordinárias em circulação e será realizado por meio da Itaú Corretora de Valores S.A. Até 30 de setembro de 2011 a Companhia recomprou 84.100 ações, pelo montante de R\$ 458 mil.

(e) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída com 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação até o limite de 20% do capital.

Após a destinação da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, por proposta do Conselho de Administração a ser aprovada em Assembleia Geral Ordinária, foram destinados os saldos remanescentes dos lucros acumulados em 31 de dezembro de 2010 para a Reserva de Lucros.

(f) Dividendos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, considerando, principalmente os ajustes das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal.

(g) Lucro por ação básico e diluído

Os resultados por ação básico e diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no exercício de 2010, conforme detalhado no quadro abaixo. Como não houve movimentação na quantidade de ações emitidas e, desta forma, o cálculo efetuado pela Companhia não apresentou quantidade de ações dilutivas, o lucro diluído por ação foi igual ao lucro básico por ação:

	<u>Básico e diluído</u>	
	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>30 de setembro de 2010</u>
Resultado do período	24.838	18.222
Quantidade média ponderada de ações	<u>80.041</u>	<u>80.041</u>
Lucro por ação	<u>0,31</u>	<u>0,23</u>

(h) Ajustes de avaliação patrimonial

Os saldos e ajustes do período referem-se a:

- Custo atribuído aos bens do ativo imobilizado: Saldo de R\$ 171.249 (R\$ 178.934 em 31 de dezembro 2010) foi movimentado pela realização da depreciação líquida de imposto de renda, no valor de R\$ 7.684 no período findo em 30 de setembro de 2011;

Notas Explicativas**Cia Providência Indústria e Comércio****Notas explicativas da administração às Informações****Trimestrais em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ajustes acumulados de conversão: Saldo negativo de R\$ 8 (R\$ 851 em 31 de dezembro 2010) foi movimentado pela variação cambial do investimento na controlada Providência USA Inc., no valor de R\$ 860.

20 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2010	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2010
Vendas brutas de produtos	362.345	341.613	453.335	389.487
Devoluções de vendas	(17.560)	(7.085)	(18.305)	(7.805)
Impostos sobre vendas	(43.460)	(39.234)	(50.416)	(44.288)
Receita líquida	<u>301.325</u>	<u>295.294</u>	<u>384.614</u>	<u>337.394</u>

21 Despesas por natureza e custos dos produtos vendidos

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2010	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2010
Custos variáveis e gastos indiretos	210.025	200.903	269.337	227.069
Despesas com vendas				
Logística	24.284	21.589	26.452	23.445
Comissões	1.834	1.542	1.852	1.579
Outras	711	1.085	1.234	1.437
Total despesas com vendas	<u>26.829</u>	<u>24.216</u>	<u>29.538</u>	<u>26.461</u>
Despesas administrativas				
Pessoal	12.672	13.130	16.086	15.308
Administradores	4.250	3.201	4.250	3.201
Despesa de benefícios a empregados	5.930	5.865	7.251	6.281
Despesa com utilities	561	603	838	729
Serviços prestados	5.818	8.141	6.692	8.846
Despesas de viagem	1.219	1.214	1.440	1.288
Impostos e taxas	1.092	326	1.273	359
Encargos de depreciação e amortização	2.842	2.937	3.309	3.354
Outras despesas	1.771	1.659	3.259	2.674
Total despesas administrativas	<u>36.155</u>	<u>37.076</u>	<u>44.398</u>	<u>42.040</u>
Outras receitas				
Receita de aluguel	(984)	(944)	(984)	(944)
Reversão de provisões e recuperação de despesas	(801)	(160)	(1.026)	(26)
Outras	(430)		(467)	

Notas Explicativas**Cia Providência Indústria e Comércio****Notas explicativas da administração às Informações****Trimestrais em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>30 de setembro de 2010</u>	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>30 de setembro de 2010</u>
	(2.215)	(1.104)	(2.477)	(970)
Total	<u>270.794</u>	<u>261.091</u>	<u>340.796</u>	<u>294.600</u>

22 Despesas e receitas financeiras**(a) Despesas financeiras**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>30 de setembro de 2010</u>	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>30 de setembro de 2010</u>
Juros	(22.228)	(26.265)	(27.271)	(26.855)
Varição cambial	(17.470)	(15.204)	(23.351)	(15.247)
Despesas com operação de derivativos	(1.728)	(2.475)	(1.844)	(2.475)
Outros	(1.941)	(1.525)	(2.387)	(2.355)
	<u>(43.367)</u>	<u>(45.469)</u>	<u>(54.853)</u>	<u>(46.932)</u>

As variações nas despesas financeiras observadas no período findo em 30 de setembro de 2011, comparativamente ao mesmo período de 2010, referem-se, principalmente, ao efeito líquido da variação cambial sobre os passivos expostos em moeda estrangeira, a redução nos juros sobre os empréstimos através da troca de posições a taxas menores e também ao menor impacto das despesas com derivativos.

Notas Explicativas**Cia Providência Indústria e Comércio****Notas explicativas da administração às Informações****Trimestrais em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Receitas financeiras

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>30 de setembro de 2010</u>	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>30 de setembro de 2010</u>
Juros	762	1.513	871	1.785
Varição cambial	20.823	11.963	22.648	12.842
Receitas com operações de derivativos	710	719	710	719
Rendimentos de aplicações financeiras	18.245	15.027	19.129	16.294
Ajuste a valor presente de recebíveis	(49)	288	(48)	785
Outros	9	56	9	60
	<u>40.500</u>	<u>29.566</u>	<u>43.319</u>	<u>32.485</u>

As variações nas receitas financeiras observadas no período findo em 30 de setembro de 2011, comparativamente ao mesmo período de 2010, se devem, principalmente, ao efeito líquido da variação cambial sobre os ativos expostos em moeda estrangeira.

23 Despesa de imposto de renda e contribuição social**(a) Conciliação da alíquota efetiva dos tributos**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>30 de setembro de 2010</u>	<u>30 de setembro de 2011</u>	<u>30 de setembro de 2010</u>
Lucro antes dos tributos	34.408	24.512	35.284	28.347
Alíquota nominal dos tributos (IR e CS)	34%	34%	34%	34%
Despesa de IR e CS à alíquota básica	(11.699)	(8.334)	(11.997)	(9.638)
Efeito tributário de (adições) exclusões:				
Resultado de investimentos em controladas	2.293	2.112		
Itens permanentes, líquidos	(164)	(68)	1.551	(487)
Valor lançado ao resultado	<u>(9.570)</u>	<u>(6.290)</u>	<u>(10.446)</u>	<u>(10.125)</u>
Corrente*	(14.187)	(14.187)	(15.748)	(14.547)
Diferido	4.617	7.897	5.302	4.422
Valor lançado ao resultado	<u>(9.570)</u>	<u>(6.290)</u>	<u>(10.446)</u>	<u>(10.125)</u>

* Composto, substancialmente, pela realização de IR e CS diferidos.

Notas Explicativas**Cia Providência Indústria e Comércio****Notas explicativas da administração às Informações****Trimestrais em 30 de setembro de 2011**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Demonstrativo da movimentação do IR e CS, líquido em 2011

	Controladora		
	Saldo em 2010	Movimento	Saldo em 2011
Prejuízo fiscal e base negativa CS acumulados	175.893	21.640	197.533
1) Efeito sobre IR e CS diferido ativo	59.804	7.358	67.162
Diferenças temporárias:			
Provisões sujeitas a alíquota nominal de 34%	5.453	(6.043)	(590)
Provisões sujeitas a alíquota nominal de 9%	1.423		1.423
Ajustes da Lei 11.638 e Lei 11.941 sujeitos a alíquota nominal de 34%	(28.817)	(13.548)	(42.365)
2) Efeito sobre IR e CS diferido ativo	(7.815)	(6.661)	(14.476)
3) Diferenças permanentes			
Ajustes da Lei 11.638 e Lei 11.941 sujeitos a alíquota nominal de 34%	113.500	(14.187)	99.313
Total do efeito de IR e CS diferido ativo (1+2+3)	<u>165.489</u>	<u>(13.490)</u>	<u>151.999</u>
Diferenças permanentes Providência		3.920	
Total do efeito de IR e CS no resultado		<u>(9.570)</u>	
	Consolidado		
	Saldo em 2010	Movimento	Saldo em 2011
Prejuízo fiscal e base negativa CS acumulados	181.909	19.650	201.559
Prejuízo fiscal EUA		9.177	9.177
1) Efeito sobre IR e CS diferido ativo	61.849	10.260	72.109
Diferenças temporárias:			
Provisões sujeitas a alíquota nominal de 34%	6.802	(2.610)	4.192
Provisões sujeitas a alíquota nominal de 9%	1.423		1.423
Ajustes da Lei 11.638 e Lei 11.941 sujeitos a alíquota nominal de 34%	(36.180)	(13.453)	(49.633)
2) Efeito sobre IR e CS diferido ativo	(9.860)	(5.461)	(15.321)
3) Diferenças permanentes			
Ajustes da Lei 11.638 e Lei 11.941 sujeitos a alíquota nominal de 34%	113.500	(14.187)	99.313
Total do efeito de IR e CS diferido ativo (1+2+3)	<u>165.489</u>	<u>(9.388)</u>	<u>156.101</u>
Diferenças permanentes Providência		3.920	
Diferenças permanentes Isofilme		(3.417)	
IR e CS devidos		(1.561)	
Total do efeito de IR e CS no resultado		<u>(10.446)</u>	

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Plano de previdência

Em dezembro de 2009 a Companhia contratou junto ao Banco Itaú um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida, denominado ProvidenciaPrev, cujas contribuições são feitas mensalmente de forma voluntária pelos participantes e também pela Companhia de acordo com faixas salariais, divididos em dois grupos, levando em consideração o valor de contribuição máximo exigido pela Previdência Social.

A Companhia como patrocinadora não assume responsabilidade financeira pelo custo dos serviços passados.

No primeiro grupo participam todos os empregados com salário nominal acima do teto máximo da tabela da Previdência Social, onde a Companhia efetua contribuições básicas em nome do participante no valor de 100% da contribuição básica do mesmo, a título de contrapartida de suas contribuições.

O segundo grupo é formado pelos demais empregados onde a contribuição da Companhia ocorrerá na data da elegibilidade ao benefício, equivalente a três vezes o salário do participante.

O montante das contribuições da Companhia e suas controladas efetuadas no período findo em 30 de setembro de 2011 totalizou R\$ 348 (R\$ 224, comparativamente ao mesmo período de 2010), tendo sido reconhecido no resultado na rubrica gastos com pessoal.

25 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas, Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. e Providência USA Inc., adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices são cotadas com diversas seguradoras, estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia e suas controladas realizam o gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar potenciais riscos e sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações, sendo a cobertura de seguros consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia e suas controladas possuíam apólices de seguro contratadas para cobertura das seguintes modalidades e montantes:

Ramos	Importâncias seguradas	
	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2010
Patrimonial		
Riscos Nomeados e Operações e Lucros Cessantes	200.000	200.000
Responsabilidade Civil Geral		
Estabelecimentos Comerciais	37.440	37.440
Responsabilidade Civil		
D&O	17.000	17.000
Transporte Internacional		
Importação e Exportação	6.831	6.831
Garantia	150.000	150.000
Total	<u>411.271</u>	<u>411.271</u>

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As coberturas de seguros são:

- Seguro patrimonial (unidades fabris) - garante indenização por danos elétricos, incêndio, lucros cessantes, quebra de máquinas, roubo / furto qualificado de bens e vendaval, furacão, ciclone, tornado, impacto de veículo terrestre e queda de aeronave. Agrega seguro de empilhadeiras e veículos que garante indenização por perdas e danos materiais sobre os referidos bens;
- Seguro de responsabilidade civil geral sobre produtos fabricados e operações internas, assim como empregador e riscos contingentes de veículos motorizados;
- Seguro de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores (D&O);
- Seguro de transporte - garante todos e quaisquer bens e/ou mercadorias/matéria-prima, inerentes ao ramo de atividade e transportados sob sua responsabilidade; e,
- Seguro garantia - garante, caso necessário a utilização, obrigações assumidas pela Companhia junto a diversos órgãos e entidades públicas e privadas no âmbito de adiantamento de pagamento, executante construtor, fornecedor ou prestador de serviço, licitante, perfeito funcionamento e retenção de pagamento.

A Companhia também contrata seguros específicos para atividades esporádicas. No ano de 2010 a Companhia contratou junto a diversas seguradoras, com vigência 2010/2011, Seguro de Risco de Engenharia destinado a cobrir possíveis sinistro de descarga e montagem de máquinas laminadora e impressoras adquiridas.

26 Partes relacionadas

(a) Controladora

	30 de setembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativo		
Banco Espírito Santo S.A.		
Aplicações Financeiras	34.507	25.695
Contrato de opção de dólar (Call-compra)	1.161	
Providencia USA Inc.		
Contrato de Mútuo (a)	9.288	
	<u>44.956</u>	<u>25.695</u>
Passivo		
Banco Espírito Santo S.A.		
Instrumentos derivativos		
Swap de taxa de juros LIBOR6 flutuante x pré-fixada	680	826
Contrato de câmbio a termo ("Forward")		520
	<u>680</u>	<u>1.346</u>

(a) Em 14 de setembro de 2011, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 5.000 (R\$ 9.288) com a Providência USA Inc., com vencimento para 13 de setembro de 2012. A taxa de correção é de LIBOR + 3% a.a.

Não foram realizadas transações de compra e venda entre a Companhia e suas partes relacionadas.

Remuneração global dos administradores

Notas Explicativas

Cia Providência Indústria e Comércio

Notas explicativas da administração às Informações

Trimestrais em 30 de setembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de setembro de 2010, foi aprovada a nova proposta de remuneração dos Administradores para o corrente exercício, tendo em vista a eleição de 3 (três) membros adicionais para a diretoria estatutária, passando assim para 5 (cinco) membros, conforme ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2011, no valor global e anual de até R\$ 6.700, a qual será alocada entre seus membros de acordo com o artigo 10, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia.

Conforme divulgação requerida pelo CPC 5 - Divulgações sobre Partes Relacionadas, foram registradas, no período findo em 30 de setembro de 2011, despesas com remuneração dos membros-chaves da Administração conforme apresentado a seguir:

	30 de setembro de 2011	30 de setembro de 2010
Remuneração	4.250	2.833
Remuneração baseada em ações	<u>58</u>	<u>221</u>
	<u><u>4.308</u></u>	<u><u>3.054</u></u>

27 Eventos subsequentes

Em 29 de setembro de 2011 a Companhia anunciou o pagamento antecipado integral das debêntures em circulação da 1ª emissão de debêntures simples. O pagamento foi realizado no dia 31 de outubro de 2011 no montante de 100% do saldo do Valor Nominal, que totaliza R\$ 100.500, acrescido de prêmio de R\$ 422 a ser pago sobre o saldo total, e de juros *pro rata temporis* conforme definido na escritura de emissão.

Em reunião realizada em 20 de outubro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a antecipação de dividendos equivalentes a 100% do lucro líquido relativo às demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2011, no montante de R\$ 14.118, já deduzidos do valor destinado à reserva legal, o qual será pago aos acionistas no dia 25 de novembro de 2011.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Providência Indústria e Comércio

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Providência Indústria e Comércio, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data, bem como as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos

procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Curitiba, 7 de novembro de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" PR

Carlos Biedermann
Contador CRC 1RS029321/O-4 "S" PR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

São Jose dos Pinhais, 07 de novembro de 2011.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011.

São José dos Pinhais, 07 de novembro de 2011.